



# ZERO

FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2010 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVIII, NÚMERO 6

## Censo mostra nova cara do país

Recenseadores visitaram domicílios por três meses e IBGE divulga primeiros resultados ainda este ano

**Zero** acompanhou dia de trabalho do recenseador Leonardo Ribeiro, um dos responsáveis pelas

visitas aos domicílios da capital para coletar as informações que vão compor o Censo. Entre 1º

de agosto e 31 de outubro, o estudante encontrou muitas casas vazias, mas também participou de

boas conversas com os moradores da cidade. A reportagem responde às principais dúvidas sobre a

pesquisa realizada em 58 milhões de residências brasileiras.

páginas 8 e 9



Mariana Porto

### Cidades

#### População que vive na rua sofre com a falta de atenção do Estado

Em Florianópolis, mais de 70% dos moradores de rua vêm de outras cidades. Eles têm direitos negligenciados e possuem poucas políticas públicas governamentais.

página 5

### Saúde

#### Nova lei determina que Teste da Orelhinha deve ser gratuito

Agora é lei: todos os bebês que nascerem em maternidades e hospitais públicos têm o direito de realizar a triagem auditiva. Na rede particular, exame custa em média R\$ 60. O teste é importante para descoberta e diagnóstico precoce de casos de surdez, deficiência detectada em três de cada mil crianças. Nos municípios onde o serviço já era disponibilizado, foram feitas quase 270 mil triagens auditivas somente ano passado.

página 10

### Contracapa

#### Você sabe quem são os suplentes e vices eleitos?

página 16



Daniela Bidone

### Comportamento

#### Apaixonados pelo canto de curiós treinam pássaros desde filhotes para competir

Pássaros são tradição em casas da Grande Florianópolis e se destacam de outros tipos de aves pelos assovios fortes que emitem. Para os 1200 apaixonados por pássaros que pagam R\$ 90 por ano para manter a Sociedade Amigos do Curió, na Trindade, criação é motivo de orgulho, desde que legalizada pelo Ibama.

página 11



Arquivo pessoal

### Sociedade

#### Aumenta o número de jovens desocupados no país, segundo IBGE

Questionário com perguntas pouco esclarecedoras pode ter influenciado pesquisa que indica que, em um ano, 100 mil brasileiros entre 18 e 24 anos se tornaram desocupados. Apesar dos aparentes erros na análise quantitativa e na aplicação da pesquisa, o fenômeno da ociosidade realmente existe.

página 7

# Erros que tentamos evitar

MAIS FUNDO!



||||| Nasa admite: "Não temos tecnologia para resgatar debate eleitoral das profundezas" |||||

Se aqueles 33 mineiros fossem brasileiros, teriam optado ficar mais algumas semanas no buraco. Seria uma tarefa difícil para eles, a essa altura do campeonato, escolher o próximo presidente no dia 31 de outubro. Não por motivos partidários ou ideológicos, mas por culpa da grande imprensa e sua cobertura enfadonha, sonolenta e engessada; do horário eleitoral gratuito, com vídeos que mais parecem propaganda de margarina; os debates que estão mais para palanque de discurso do que confronto de ideias.

Fugindo do convencional, que é o propósito do ZERO, fizemos na edição passada o especial sobre eleições. Alguns podem nos acusar de apelar para o lugar-comum, afinal, nada mais óbvio do que abordar esse tema nesse período (talvez, quem sabe, uma sobre Copa do Mundo...). Mas a intenção não foi essa e, olhando para trás, percebemos que de certa forma conseguimos evitar a mesmice e mostrar o "circuito eleitoral" por outros ângulos.

Não apoiamos candidatura implicitamente no nosso conteúdo, muito menos em declaração por editorial. Admitimos que tampouco fizemos grandes investigações que poriam em risco as candidaturas dos nossos possíveis presidentes, o que seria o ideal de jornalismo, nesse contexto. Não seremos suspeitos para falar sobre o futuro presidente — sem pretensão de um dia o ZERO dar o furo do século, mas sonhar não custa nada. E por isso também não precisamos demitir nenhum colunista por "delito de opinião".

Na pretensão de apresentar algo diferente ao leitor, não incluímos nenhum gráfico de pesquisa eleitoral, repercutindo os erros e acertos depois dos resultados das urnas. O ZERO não se presta a tentar fazer futurologia. Em vez de acompanhar as oscilações dos gráficos, tal qual uma corrida de cavalos, procuramos abordar as pesquisas explicando suas diferentes metodologias, na reportagem *Como são feitas as pesquisas eleitorais*, da página 15 (Isso mesmo! Ainda não esgotamos o assunto "eleições" na edição anterior).

Não condenamos o candidato-palhaço/palhaço-candidato como se ele fosse o único "puxador de votos" da história da democracia brasileira; assim como não questionamos o eleitor que vota nele. Mas trazemos uma provocação: quem são alguns dos "ilustres desconhecidos" que já elegemos em 3 de outubro? Veja na contracapa!

E num segundo turno onde pela primeira vez a imprensa deu sentido literal à expressão "politicamente correto", repercutindo a influência da opinião dos candidatos sobre o aborto no voto cristão, o ZERO passa longe de tudo isso. Na matéria *Pesquisa faz jovem se declarar ocioso*, da página 7, revelamos o que há por trás das pesquisas que qualificam os jovens como ociosos ou desocupados.

Com o fim das eleições e, graças a Deus, da cobertura eleitoral, esperamos que tudo isso mude daqui a dois anos. É preciso mais do que dossiês, boatos e denúncias sem fundamento para derrubar candidatos. Ir além de criar elementos gráficos próprios para identificar as páginas de eleições. Esquecer as agendas e dar menos importância para as pesquisas. Tentamos abordar as eleições sobre outros pontos de vista. E aos jornalistas adeptos do "mais do mesmo", recomendamos um buraco que está vago lá no Chile.

outubro de 2010  
setembro de 2010  
agosto de 2010  
julho de 2010  
junho de 2010  
maio de 2010  
abril de 2010  
março de 2010  
fevereiro de 2010  
janeiro de 2010

ZERO NO TEMPO

Florianópolis, dezembro de 1989



Também preocupado com a questão dos desabrigados em Florianópolis, na edição de dezembro de 89 o ZERO, abordou ao mesmo tempo a queda do Muro de Berlim e a demolição de casas e expulsão de famílias consideradas irregulares pela prefeitura de Florianópolis.

A questão girava em torno de uma promessa não cumprida pelo prefeito Esperidião Amin, que prometera a compra de terreno para alojar as 500 famílias. Os sem-teto então organizaram-se e foram para a porta da Assembléia reivindicar seus direitos.

O presidente da Câmara então limitou o acesso de visitantes, causando ainda mais tumulto, que teve de ser controlado pela polícia. Alguns vereadores, que estavam a favor das famílias, também protestaram.

Mas a questão dos sem-tetos ainda estava longe de ser resolvida.

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVIII - Nº 6 - Outubro de 2010  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Fechamento: 28 de outubro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade  
Florianópolis - CEP 88040-900  
Tel.: (48) 3721-6599/ 3721-9490  
Site: www.zero.ufsc.br  
E-mail: zero@cce.ufsc.br

**REDAÇÃO** Alex Sobral, Bárbara Lino, Camila Raposo, Claudia Xavier, Daniela Bidone, Diego Vieira, Flora Pereira, Hermano Buss, José Monteiro Junior, Luiza Lessa, Suélen Ramos, Tomás M. Petersen, Tiago Pereira, Wesley Klimpel. **EDIÇÃO** Berenice dos Santos, Camila Raposo, Claudia Mebs, Diego Vieira, Flora Pereira, Hermano Buss, Luiza Lessa, Rosielle Machado, Tiago Pereira, Tomás M. Petersen, Wesley Klimpel. **FOTOGRAFIA** Alex Sobral, Camila Raposo, Daniela Bidone, Flora Pereira, Hermano Buss, Luiza Lessa, Mariana Porto, Suélen Ramos, Thiago Verney. **EDITORAÇÃO** Alex Sobral, Berenice dos Santos, Camila Raposo, Daniela Bidone, Diego Vieira, Flora Pereira, Hermano Buss, Luiza Lessa, Phillip Schneider, Rosielle Machado, Suélen Ramos, Thiago Verney, Wesley Klimpel. **INFOGRAFIA** Alex Sobral, Bruno Fonseca, Thiago Verney. **PROFESSOR-COORDENADOR** Jorge Kanehide Ijuim MTb/SP 14.543. **MONITORIA** Mariana Porto, Luiza Fregapani. **IMPRESSÃO** Diário Catarinense. **CIRCULAÇÃO** Nacional. **TIRAGEM** 5.000 exemplares

\*\*\*\*\* ★ ★

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)  
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000  
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

## SOBRE O ILUSTRADOR

Esta página foi concebida por Phillip Schneider, 24 anos. É estudante Design Gráfico da UDESC e atualmente trabalha em uma produtora de vídeo. Para entrar em contato com o autor, escreva para o e-mail felipson@gmail.com.

## PARA PUBLICAR

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

ZERO

Fotos: Flora Pereira

# Alienação como política

O italiano Massimo Canevacci, professor convidado da UFSC, é antropólogo especializado em comunicação e professor da Universidade "La Sapienza", em Roma. Em entrevista ao ZERO, fala sobre a comunicação contemporânea e critica a nostalgia da universidade e o conservadorismo da imprensa.

## ZERO: Como você vê a comunicação contemporânea?

A comunicação contemporânea para mim é fundamental. Tem o mesmo poder que no passado tinha o conceito de sociedade. E a comunicação cruzada com o digital está criando um cenário da mudança, do conflito e acho que também da política. Por isso, enfrentar de uma maneira experimental a comunicação significa penetrar o que é o centro múltiplo da contemporaneidade.

Eu acho que as tecnologias, especificamente a tecnologia digital, estão criando uma profunda modificação na qual a presente dimensão de sociedade tem um sentido menor em relação ao passado. A tecnologia digital não é só uma técnica, mas é uma cultura. E quem a usa está elaborando um tipo de cultura, de comportamento e de maneira perceptiva, estética, cognitiva, que está profundamente modificando a quantidade e a qualidade do relacionamento do ser humano. A cultura contemporânea é comunicacional no sentido que é uma conexão dos contextos espaciais diferenciados.

## Você não vê nenhum perigo de alienação?

Alienação nunca é um perigo. Na visão crítica, a alienação é um momento fundamental pra destruir o poder dela mesma. Se você aceita o risco de penetrar a alienação da comunicação contemporânea, você pode liberar as forças mais criativas. Não é possível imaginar que uma pessoa atualmente fica fora da alienação comunicacional.

É a única maneira. Penetrar e ser penetrado também da forma de poder e destruir. Ninguém pode ficar fora.

## Então você não concorda que exista uma menor contestação política entre os jovens hoje em dia?

Sim, existe. Muda a dimensão política. No passado, a visão era de uma mudança radical da sociedade inteira. Agora, este tipo de visão não existe mais. Em parte acho isso correto. Em parte, a questão política é mais baseada sobre a dimensão expressiva da juventude. O estilo é política, assim como a moda, tatuagem, música, arte, arquitetura. Eu acho que é outra forma que a crítica cria dimensão política porque não é mais igual há 50 anos atrás. Então, como enfrentar a política contemporânea? Não se pode dizer "quanto era bello 68!". Era bellissimo, adorei. Mas não pode ser o mesmo método, a mesma visão do mundo. Porque tudo mudou.

## E a ideologia?

Na questão da ideologia eu gosto de utilizar o pensamento de Marx. A ideologia é uma falsa consciência que tenta afirmar como geral o que é de classe, ou parcial. A crise da ideologia como uma ciência objetiva que esconde um preciso interesse, e que está acabando, eu acho uma coisa muito interessante e positiva. Outra coisa é a teoria crítica, que precisa de um novo

itinerário, novas veredas, novas trilhas. Porque as velhas não funcionaram. É possível interar a memória como centro para restabelecer o que foi o passado pela política e para juventude. Acho a imanência um ótimo remédio para entrar no que é a contemporaneidade.

Uma nova teoria crítica parte da capacidade que a universidade oferece, não só a universidade, mas que o pensamento crítico ofereça pra entender as contradições da contemporaneidade, que não são idênticas as do passado. Então, para entender este tipo de nó, que é a comunicação contemporânea, precisamos de um tipo de pensamento totalmente inovador. Não estou dizendo no Brasil, mas, em geral, a universidade tem uma fraqueza pra entender, às vezes não consegue. Tem uma nostalgia do passado porque os professores se formaram no passado. Mas este tipo de nostalgia é conservadora.

## Quais são os principais problemas da política de comunicação no Brasil e como eles poderiam ser resolvidos?

Por exemplo, a imprensa é conservadora. É como se não existisse um tipo de jornal progressista. A *Folha de São Paulo*, o *Estado de S. Paulo*, o *Globo*, são jornais que estão virando mais e mais conservadores. Também as revistas *Veja*, *Isto É*. Por que isso? O centro produtivo dos jornais e das revistas mais vendidas está virando sempre

mais conservador. O jornalismo não pode ser uma técnica da faculdade de comunicação. O jornalista precisa ter um tipo de formação muito ampla e precisa contar o que acontece e não reproduzir um tipo de preconceito elitista, como os jornais o são. É um público de classe média alta. Por quê? Por que não se consegue fazer um tipo de jornalismo popular progressivo? É impossível fazê-lo no Brasil? Também a televisão é um sistema muito baseado na questão da criminalidade, está virando uma obsessão, reproduzida em um jornalismo pirata, o pior jornalismo do mundo. Não só no Brasil, acontece também na Itália. Um jornalismo televisivo baseado na espetacularização da criminalidade. Enquanto outros tipos de segmentos sociais, de comunicação, utilizam totalmente outro sistema. Ainda mais oral, musical ou expressivo, uma fratura muito forte com uma elite conservadora de jornalistas.

## Como você viu o reflexo disso no cenário eleitoral?

Como eu estava dizendo antes, a *Folha*, o *Estado de S. Paulo* e o *Globo* enfrentam a candidatura da Dilma de uma maneira verdadeiramente agressiva, uma agressividade sem fim. De uma maneira intolerável, todo dia inventam histórias, provavelmente tudo inventado ou

reproduzido. É uma tentativa de afirmar esta dimensão elitista do jornal e da sociedade. Só que a mudança brasileira baseada na política de Lula, que criou a saída da pobreza de 10 a 20% da população, é uma coisa enorme. Então, este tipo de mudança, de redistribuição da renda, deveria ser acompanhada sempre mais de uma elaboração cultural. Em parte os pontos de cultura do Gilberto Gil vão nesta direção, só que mesmo sendo popular, não é suficiente. Eu gostaria que o enfrentamento aos pontos de cultura fosse do ponto de vista da cultura popular, da tecnológica digital e da vanguarda experimental. Os três precisam ser enfrentados.

## Você acha que só assim seria possível uma comunicação participativa?

*Ecco!* Exatamente. O conceito de cidadania e comunicação participativa e também de comunicação sustentável é só se você abre o ingresso de um novo tipo de subjetividade na comunicação. No Brasil parece que este ingresso na comunicação de uma nova subjetividade precisa ficar 'lá', parado 'lá'. Do ponto de vista dominante, claramente.

O receptor é passivo. Como ativar isso? A cultura

digital pode oferecer uma "ativização" desde que todos tenham acesso. Isto é uma questão da escola, da universidade, que precisam ser muitíssimo financiadas no Brasil. Como no Uruguai! Lá o novo

governo em um ano deu computador portátil para toda criança do primeiro ano escolar. Agora é a vez do Brasil.

## Como você compara a política de comunicação na Itália e no Brasil?

*Guarda*, eu acho que a questão mais significativa da Itália é o poder político em relação à tecnologia: uma questão feia, atrasada e complicada para o país. O governo tem uma grande quantidade de controle sobre a televisão, o jornal, a casa editorial, o cinema, etc. E tudo é de qualquer maneira conectado com a tecnologia. Na Itália é mais ou menos como no Brasil. É atrasado. A esquerda progressista italiana não consegue enfrentar a comunicação como um ato político e inventivo e por isso Berlusconi ganha, porque ele sabe utilizar a comunicação muito bem. Quem sabe utilizar a comunicação na Itália são somente fragmentos da juventude radical, que são minoritários. A esquerda tem como visão a memória, a sociedade, o passado. E não sabe enfrentar a complexidade do contemporâneo, que é comunicação.

Tem o uso da internet, mas não tem uma refração política sobre isso. E poi, Berlusconi não ganha com a internet, ganha com o resto.

“Acho a imanência um ótimo remédio para entrar no que é a contemporaneidade”

“O jornalismo é baseado na espetacularização da criminalidade”

Flora Pereira

ZERO

# Defensoria em Santa Catarina, uma dúvida

Custo elevado e eficiência são barreiras para Estado implantar Defensoria Pública, conforme prevê a Constituição

No último mês de julho, Mariano Schneidt, aluno de graduação da UFSC, foi preso em flagrante em um supermercado de Florianópolis ao furtar alimentos utilizando uma mochila. Encaminhado à delegacia, o estudante ficou preso durante 17 dias e dividiu cela com dois acusados de seqüestro e um traficante. Ao ser ouvido, declarou não possuir renda para pagar um advogado e solicitou um profissional pago pelo Estado e cedido pela Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina. Durante período que passou preso, o estudante em nenhum momento recebeu visita do profissional definido para o processo e soube seu nome apenas quando recebeu o alvará de soltura.

No processo criminal ao qual o estudante respondeu consta o nome do profissional escolhido para assumir o caso, mas não aponta nenhuma ação ou recurso feito pelo advogado em benefício do preso. Segundo a Prof<sup>a</sup> Marilda Machado Linhares, coordenadora do EMAJ - Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC-, como esse é um delito leve poderia ter sido feito um acordo entre o acusado e a promotoria, chamado de suspensão do processo, que colocaria o acusado em liberdade ainda no mesmo dia. O que não aconteceu. O processo só foi concluído quando o juiz entendeu ser suficiente como pena a prisão de mais de duas semanas e arquivou o processo.

“Estava em estado de choque quando cheguei, pedi para não avisarem minha família, mas depois vi que estava sozinho e esperei que o advogado pudesse me ajudar. Sei que cometi um erro, só não imaginei que fosse demorar tanto tempo”, diz Mariano. Para o presidente da Comissão de Defensoria Dativa da OAB, Anacleto Canan, o contato com o cliente não é obrigatório, mas é recomendável. “Tecnicamente não é preciso, mas é interessante o contato em matéria penal”, afirma. Alguns magistrados estimam que o mesmo ocorre em cerca de 20% a 30% dos casos.

Chamado de defensoria dativa, o sistema que possibilitou a indicação de um profissional da OAB para o caso do estudante Mariano é uma parceria do Governo do Estado com a entidade de classe, mas têm crescido vozes contrárias ao modelo. Pelo sistema, a OAB fica encarregada de disponibilizar um profissional para prestar ao cidadão assistência jurídica gratuita, desde que comprove situação de carência, e o Estado paga os custos do serviço a um retorno de 25% dos valores de tabela praticados na Ordem. Atualmente Santa Catarina é o único Estado da Federação que utiliza unicamente esse modelo, os demais mantêm apenas a defensoria pública ou um misto de ambas.

A implantação da defensoria pública se tornou obrigatória com a Consti-



Estudante passou 17 dias preso e não recebeu visita do advogado indicado

tuição de 1988, que estabelece que “a instituição é essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação e a defesa, em todos os graus, dos necessitados”. No mesmo ano da Constituição entrou em vigor uma lei complementar estadual que proibia a criação da defensoria pública no Estado e criava a dativa. Atualmente são 6251 advogados cadastrados no Estado para fazer o trabalho.

O principal benefício desse modelo é a presença em todo o território do Estado e o baixo custo, uma vez que livra o Estado de instalar e manter estruturas permanentes e servidores concursados. Mas a qualidade do serviço prestado nem sempre é a melhor. “Acontece que os bons profissionais não estão na defensoria dativa, estão nos escritórios de carreira”, afirma a professora Marilda Linhares. “Nesse caso do estudante, a suspensão do processo seria uma saída, com ele se comprometendo a não cometer novos delitos sob a pena de o processo ser reaberto”, conclui.

A questão levantada pelos opositores do modelo é se há conflito de interesses entre o público e o privado e se os cidadãos têm a devida atenção do defensor

dativo, que é obrigado a dividir o trabalho com os seus clientes. Mas, para o presidente da Comissão de Defensoria Dativa da OAB, Anacleto Canan, o “modelo catarinense é muito mais avançado, porque trata do acesso à justiça de modo profissional e não como caridade”, como escreveu em seu Twitter. Outro problema é a dívida pelos serviços prestados aos cidadãos que o Estado mantém há vários anos com a OAB.

Atualmente o valor chega a R\$ 53 milhões e o pagamento, ou não, varia dependendo da gestão, e já passou vários anos sem repasse. Para a professora Marilda, mesmo o Estado não pagando o valor dos serviços prestados, os advogados continuam trabalhando pela população. Ela também destaca problemas que a instalação da defensoria pública pode implicar como o quadro de funcionários do governo e custo da máquina pública.

“A estrutura da Defensoria Pública vai inchar ainda mais a máquina do Estado, aumentar impostos e a carga tributária, e depois, na Dativa o cidadão pode escolher o profissional, na defensoria pública ele não tem essa escolha”, afirma. Segundo ela, o custo da De-

fensoria Dativa é três vezes menor que o modelo adotado no resto do país e o mais eficiente.

Pesam contra o modelo previsto na constituição as falhas na estrutura e as dificuldades para o cidadão conseguir um profissional. Em Minas Gerais, apenas 63% dos municípios têm defensoria pública, e a população tem de procurar o escritório na cidade mais próxima; chegam a passar a noite na fila para conseguir atendimento. Mesmo assim, muitos não conseguem. No Maranhão, uma das regiões mais carentes do Brasil, o problema é o número de servidores que prestam atendimento. São 46 para uma população de 5 milhões de pessoas, menos de um terço da quantidade necessária.

Nesse Estado, a situação é tão precária que em um mutirão realizado ano passado com advogados voluntários, em um único presídio foi dada liberdade para mais de três mil detentos que na época deveriam estar soltos. Alguns, mesmo tendo cumprido sua pena, continuavam há mais de dois anos presos por não ter um advogado que pudesse enviar ao juiz o pedido de liberdade. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, 97% dos presidiários no Brasil não têm condições de contratar um advogado.

A situação em alguns estados é tão crítica que surgiu, nos últimos anos, o serviço de advocacia voluntária, rede de estagiários e profissionais que largam o escritório para atender pessoas de baixa renda. No Rio Grande do Sul,

desde 2003, um grupo se reúne para defender casos na vara cível, como previdenciárias, divórcios e inventários. Mas o grande problema continua sendo a população carcerária, que necessita de progressão de regime e liberdades condicionais.

Uma tentativa de reforma e melhoras no sistema também ocorreu em 2003, a partir da criação da Secretaria de Reforma do Judiciário, e se firmou o “Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano”. Assinado pelos chefes dos poderes do país, o acordo deu maior autonomia financeira e orçamentária para as defensorias dos estados, que ganharam novos cargos e ampliação da estrutura. Mesmo assim, o alcance social da defensoria ainda é limitado.

Alguns estados, como é o caso de São Paulo, adotaram o regime misto, em que há a implantação da defensoria pública e dativa. E obtiveram bons resultados. Tudo indica que em Santa Catarina vai ocorrer o mesmo, mas o debate do tema ainda precisa amadurecer. Atualmente, representantes do Ministério da Justiça, Tribunal de Justiça e procuradoria do Estado fazem campanha e promovem debates sobre o tema de forma a torná-lo um interesse político. A discussão gira em torno da implantação ou não da defensoria pública, visto a “eficiência” do atual modelo.

## Defensoria Dativa



## Defensoria Pública

### Pontos positivos

- Acesso em praticamente todos os municípios
- Distribuição equitativa de processos
- Moderno sistema de gestão informatizada
- Transparência
- Economia para o Estado

### Pontos negativos

- Não cumprimento da Constituição que determina a implantação da Defensoria Pública em cada unidade da Federação.
- Entidade de classe exercendo função do Estado cuidando de interesse público.

### Pontos positivos

- Atendimento por profissionais concursados
- Garantia do direito constitucional de assistência jurídica gratuita para pessoas que comprovarem carência
- Estrutura fixa e permanente.

### Pontos negativos

- Número de profissionais inferior à demanda.
- Acúmulo de casos com um único profissional.
- Longas filas de espera para conseguir um profissional.
- Sucateamento da estrutura existente.

## Números da Defensoria Dativa em SC

Usuários atendidos em:	Custo para o Estado de 85.259 casos concluídos de 06/08 à 08/09:	Custo médio por: - processo: R\$ 353,37 - ano por 1000 habitantes: R\$ 4.108,66
2007 - 118.952		
2008 - 151.318		
2009 - 124.896	R\$ 30.128.021,98	



Fonte: OAB SC

**“Acontece que os bons profissionais não estão na defensoria pública, estão nos escritórios de carreira”**

# Pouca atenção para quem vive na rua

Políticas públicas para a população em situação de rua são precárias e insuficientes para controlar o problema

Faz seis anos que Renan chegou na capital catarinense. Natural de Porto Alegre, veio em busca de trabalho, mas há aproximadamente um ano está desempregado e vive nas ruas.

Estima-se que milhões de outros brasileiros compartilhem uma situação semelhante a de Renan. Apenas estima-se, porque são poucas as pesquisas realizadas com essa população. O levantamento mais recente é de 2005, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que constatou que 1,8 milhão de pessoas vivem nas ruas no Brasil. O estudo foi feito por amostragem, com base em apenas 76 municípios, o que demonstra imprecisão.

Somente neste ano é realizado o primeiro censo nacional que inclui moradores de rua. Entretanto, são contabilizados apenas os que habitam domicílios coletivos – como pensões e hospitais – e aqueles que vivem em moradias improvisadas, como galpões ou tendas. Moradores de rua que não têm sequer um domicílio improvisado poderão ser contabilizados pelo IBGE apenas em 2012. “Aqueles que vivem pelas ruas, eventualmente não serão recenseados porque corremos o risco de dupla contagem. Mas estamos estudando meios para promover um estudo específico para essa população”, afirma, em entrevista ao G1, Marco Antônio Alexandre, coordenador técnico do Censo.

De acordo com a professora Beatriz Paiva, do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, há pela primeira vez um reconhecimento da população de rua pelo Estado. Em dezembro do último ano entrou em vigor a Política Nacional para População em Situação de Rua, que pretende assegurar a essas pessoas o acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo governo em áreas como saúde, educação, cultura, trabalho e moradia.

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determina a formação e a capacitação permanente de profissionais e gestores para o desenvolvimento de políticas públicas para esse público. Cria ainda canais

de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra essas pessoas. Além disso, a Política Nacional pretende proporcionar acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Mesmo com as iniciativas do governo, o que foi feito até agora ainda é pouco se comparado à extensão do problema. “Primeiramente, é indispensável que essas pessoas sejam vistas como sujeitos e não como estorvo, o que



Em Florianópolis, mais de 70% das pessoas que moram nas ruas vêm de outras cidades ou estados. A maioria chega em busca de emprego

acontece geralmente. É essencial criar políticas que não segreguem, discriminem ou violem os direitos individuais”, afirma Beatriz.

A desatenção com a população em situação de rua também é marcante em Santa Catarina. Para Beatriz, as políticas públicas existentes na região ainda são precárias e insuficientes. “Aqui no estado o cenário é preocupante. O investimento em políticas que afetam essa população é pequeno e não existem projetos governamentais. Sem contar que há uma grande desarticulação entre os diversos setores da sociedade.” Segundo a professora, uma coordenação entre programas de saúde, de trabalho e de moradia voltados à população de rua solucionaria parte do problema.

Beatriz lembra também que as políticas sociais para moradores de rua devem respeitar a realidade de cada um dos indivíduos. É importante lembrar que, apesar de muitas vezes serem vistos como um grupo homogêneo, os moradores de rua são pessoas de realidades variadas. Um levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em 2007, constata

que os principais motivos que levam as pessoas a viver na rua estão relacionados a problemas de alcoolismo ou drogas (35,5%), de desemprego (29,8%) e de desavenças com parentes (29,1%). Dos entrevistados, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos.

## Nas ruas de Florianópolis

Na capital catarinense alguns programas assistenciais se destacam. Um dos principais é o Abordagem de Rua, implementado pela Prefeitura em 2001.



De janeiro a julho, o NAF encaminhou 573 moradores de rua para suas cidades de origem

Vinculado à Secretaria de Assistência Social do município, atende crianças, adolescentes e adultos. A abordagem é feita através de denúncias ou pela procura espontânea dos moradores de rua que querem sair do local. De janeiro a julho de 2010, o projeto atendeu 32 crianças e 698 adultos. Entre os adultos, a maioria (83%) é do sexo masculino e 65% têm entre 22 e 40 anos.

O programa conta com assistentes sociais e educadores que encaminham o atendido para o local mais adequado, como abrigos, conselho tutelar, hospitais ou, no caso de dependentes químicos, para alguma das comunidades terapêuticas conveniadas. Esse último caso é o mais frequente. “Mais de 80% dos atendidos foram parar nas ruas por causa de dependência química, principalmente pelo crack”, diz a assistente social e coordenadora do projeto, Irma Remor Silva.

O retorno às ruas e a vontade que alguns têm de se manter no local são alguns dos empecilhos que o projeto enfrenta. “Uma de nossas principais dificuldades é a reincidência. Temos uma média de 60% de pessoas que voltam para a rua, principalmente por causa das drogas”, afirma Irma.

Outro programa social vinculado à prefeitura de Florianópolis é o Núcleo de Apoio à Família Rodoviária (NAF), criado em 2003. O NAF oferece apoio aos migrantes que estão morando nas ruas e que desejam voltar para sua cidade de origem, comprando para eles passagens de ônibus para o local a que desejam retornar. Quem quiser receber o atendimento precisa ter documento de identificação e passar telefone e endereço de familiares ou outras pessoas que possam acolhê-lo na cidade para onde vai. “Primeiro contactamos a família, após nos certificarmos que a pessoa tem onde ficar, pedimos a compra da passagem”, explica Andreza Dutra, assistente social do NAF.

Esse processo demora em torno de sete dias. Nesse intervalo de tempo, a pessoa pode ficar na Casa de Apoio Social, único abrigo público da cidade. O problema é que o espaço é limitado – apenas trinta vagas – e restrito para os homens. Para mulheres e outros casos especiais, o NAF reserva algumas passagens emergenciais.

Apesar de atenderem pessoas das mais variadas regiões brasileiras, as histórias dos que procuram o Núcleo são, quase sempre, muito parecidas. “Eles,

geralmente, vêm para Florianópolis em busca de emprego, mas não conseguem trabalho ou acabam se viciando em drogas e vão parar nas ruas”, conta Andreza.

Esse é um fenômeno que, nos últimos anos, tem afetado Florianópolis. “A migração em Santa Catarina começou a se intensificar nos anos 1990 com o boom turístico, hoje isso já se converteu em problema social”, explica João Klug, professor do departamento de história da UFSC e coordenador do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental - LABIMHA.

De acordo com dados divulgados pelo Abordagem de Rua, 72% dos moradores de rua atendidos entre janeiro e julho de 2010 são de outra cidade. Nesse mesmo período, o NAF atendeu 980 pessoas, dessas, 573 foram encaminhadas de volta para suas cidades de origem.

## Migração

As migrações para grandes cidades não são uma exclusividade florianopolitana. A metropolização é um fenômeno antigo, começou no fim da I Guerra Mundial e teve seu auge nos anos 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek. O processo de industrialização foi intensificado nesse período. Novas indústrias surgiam nos grandes centros e com elas, a necessidade cada vez maior de mão de obra e variadas ofertas de emprego que atraíram – e continuam atraindo – uma grande quantidade de pessoas vindas do interior. O caso de Florianópolis, entretanto, foi diferente e mais tardio. “Longe de ser um polo industrial, a cidade começou a atrair pessoas em busca de emprego nos anos 1990. Florianópolis teve um crescimento acelerado nesse período, muitos vêm para cá pela construção civil”, explica Klug.

Para o professor, o problema é que a cidade ainda não se preparou para receber os migrantes, sejam eles ricos ou pobres, que – junto com turistas – chegam, a cada dia, em maior número. “O poder público não está acompanhando mesmo esse crescimento.” Beatriz Paiva possui uma opinião semelhante: “A maior parte das políticas sociais que vemos só auxiliam os migrantes quando já estão em situação de rua. Não há um acolhimento, uma orientação anterior que evite que eles acabem nas ruas”.

São vários os problemas sociais gerados por esse despreparo do poder público Segurança, saúde e educação são algumas das áreas prejudicadas. “Precisamos dar mais atenção à essas pessoas que vivem nas ruas. São necessários profissionais que saibam dialogar, que respeitem essa população”, reforça a professora Beatriz Paiva.

# Bullying também atinge universitários

Agressão não é levada a sério por adultos, mas pode causar depressão e problemas no desempenho acadêmico

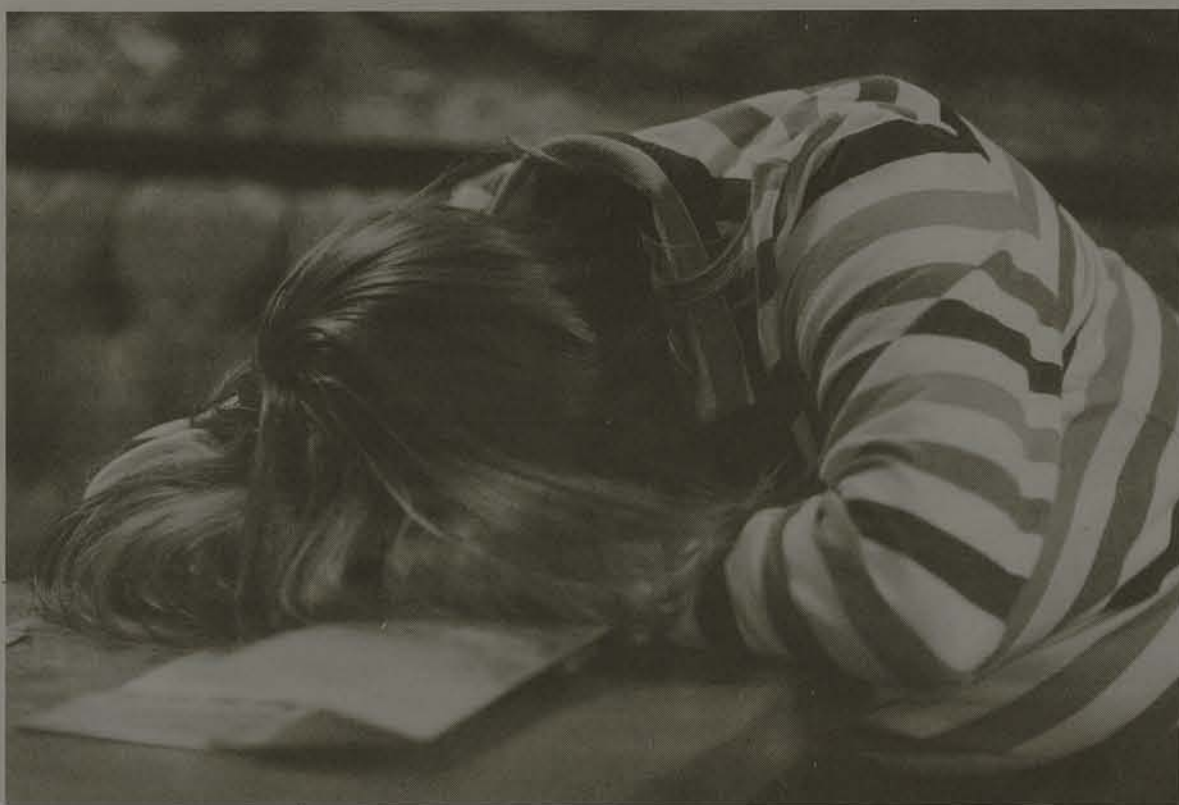
“*Bullying*, isso não é brincadeira”. Esse é o título da campanha lançada este ano pelo Ministério Público de Santa Catarina, preocupado com uma prática usual entre crianças e adolescentes no ambiente escolar, mas que também chega às universidades e envolve jovens e adultos: a violência moral, física e psicológica, que não tem nada a ver com humor ou brincadeiras. Essa prática é caracterizada pela intencionalidade e repetição de atos agressivos, causando dor, angústia e sofrimento às vítimas, o que pode gerar danos para a vida toda. O *bullying* é visto como um problema social que também ocorre fora do ambiente de ensino, como nas ruas, em áreas de lazer e em locais de trabalho.

De acordo com a estudante de Psicologia da UFSC Juliana Piovanotti, que também é superintendente da ONG Kidpower Brasil, focada no trabalho de prevenção e combate ao *bullying*, essa prática é muito mais evidente nas escolas, onde o aluno fala ou demonstra o seu sofrimento. Já o adulto “sofre calado”, temendo a visão da sociedade e dos colegas, que consideram essas agressões normais. Dessa maneira, ele se esforça a acreditar que aquilo é “bobagem”, como um meio de minimizar seu sofrimento. “Os jovens e adultos não sabem como pedir ajuda. Isso se deve a falta de habilidade de comunicar a agressão. É preciso trabalhar em cima desse problema”, afirma Juliana.

## Na universidade

No ambiente universitário, o trote é adotado por diversos cursos como um rito de passagem. Juliana acredita que, em algumas ocasiões, trote pode ser considerado uma forma de *bullying*. “A maioria dos trotes acontecem como um evento realizado uma única vez. Se o trote ocorrer por mais de uma vez, ou seja, se ele se estender ao longo do semestre, com piadas, ofensas e outros tipos de agressões, ele pode ser considerado *bullying*, sim”, diz Juliana. “Pagar cerveja, por exemplo, pode ser entendido como uma forma de extorção, caracterizada como uma violência moral, devido à exclusão que a pessoa poderá sofrer caso não pague a cerveja aos veteranos”, conclui.

De acordo com a promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Priscila Linhares Albino, o trote universitário não é considerado uma violência repetitiva e, por isso, não pode ser classificado como *bullying*. O exemplo mais famoso de confusão sobre o que pode ou não ser enquadrado nesse tipo de violência é o caso de Geisy Arruda, estudante do polêmico e curtíssimo vestido rosa, que sofreu humilhação pública dentro da universidade que estudava, por conta de sua roupa, no ano passado. Muitas pessoas trataram o fato



Pesquisa do IBGE em 2009 revelou que quase um terço (30,8%) dos estudantes brasileiros já sofreram bullying em algum momento da vida.

como *bullying*, quando na verdade não era, já que ocorreu uma única vez. Nesse caso, o ato da agressão recebeu outro nome e entrou para o âmbito jurídico. Geisy levou o caso à justiça, exigiu da instituição reparação por danos morais e poderá receber R\$ 40 mil.

Priscila explica que o *bullying* é um fenômeno e não um crime específico. Porém, pode ser enquadrado em outros atos ilícitos, como injúria, calúnia, difamação, ameaça, lesões corporais e racismo. Também podem ocorrer outras violências que caracterizem o fenômeno, podendo gerar uma ação na área cível ou na criminal. Priscila ainda lembra que o *bullying* acontece entre os pares, ou seja, entre as pessoas que estão no mesmo nível, nunca entre pessoas hierarquicamente relacionadas como pais e filhos, aluno e professor. Nessas condições, será classificado com outro nome.

## Exclusão e sofrimento

Os jovens e adultos vítimas de *bullying* podem sofrer consequências físicas e psicológicas, como transtornos alimentares, do sono e psíquicos. Segundo Juliana, esse último pode estar associado a algum problema psicológico que já estava instaurado na pessoa, mas que não era evidente. As vítimas também podem sofrer de estresse, deixar de ir às aulas, chegando até a abandonar a faculdade. Em muitos casos, a pessoa acaba se isolando do ambiente

social como uma forma de fuga e proteção contra as agressões. A situação pode ainda progredir para transtornos psicopatológicos graves, como fobias e depressões, ou alimentar desejos intensos de vingança. Por isso, é fundamental que se tenha um bom suporte familiar para que o agredido supere as situações traumáticas vivenciadas.

A violência só existe quando ofende, divertindo apenas uma pessoa: o agressor. Por isso, os casos em que o indivíduo não se sente agredido não poderão ser considerados *bullying*. Porém, Juliana acredita que “dizer que o *bullying* não está lhe afetando pode ser um dos principais sintomas de que a pessoa está sofrendo com as agressões. De acordo com a psicanálise, a pessoa usa esse argumento numa tentativa de fazer diminuir o seu sofrimento”.

Na universidade é difícil ter acesso direto e imediato às informações referentes à violência de *bullying*. Quando a pessoa procura o Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI), oferecido gratuitamente pela UFSC, ela preenche uma ficha, na qual dificilmente o *bullying* é indicado como o causador do seu sofrimento. “Geralmente, a pessoa procura por ajuda dizendo que ‘não aguenta mais’, que está ‘cansada da vida’, ou quando os transtornos psicológicos se transformaram em problemas físicos”, explica Juliana. “Depois é que verificamos que um dos reais motivos desencadeadores de todos os

sintomas era a violência de *bullying*. Raramente as ofensas causadas pelas agressões estão sozinhas e as consequências psíquicas geradas na pessoa podem estar associadas a um problema familiar.”

Em seu artigo *Considerações críticas sobre o fenômeno do bullying: do conceito ao combate e à prevenção* Priscila e o psicólogo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude Marlos Gonçalves Terêncio defendem que “*bullying* é um ato ilícito, causando lesão à dignidade da pessoa, estando

todos (poder público e cidadãos) obrigados a respeitar este direito constitucional, sob pena de responsabilização nas esferas cível e criminal”.

## Prevenção

As alternativas encontradas tanto pelo Ministério Público quanto pelos psicólogos para por fim ao *bullying* são as estratégias de esclarecimento e prevenção às práticas das agressões. Desta forma, também se evita uma excessiva judicialização dos conflitos em estabelecimentos de ensino, que na maioria das vezes são causados por falta de intervenção da própria instituição e da família, que falham no ensino das regras mais elementares de convivência social.

Como um modo de prevenção ao *bullying*, Priscila sugere que as universidades estabeleçam regras claras, tomando providências quando ocorrerem as agressões. “A universidade é um espaço de desenvolvimento e de cidadania, onde os jovens não podem ser tolhidos. O que deve ocorrer é uma intervenção de limites e um trabalho na prevenção”, diz Priscila. Uma das medidas que podem ser tomadas é chamar pais e psicólogos, evitando levar o caso até a polícia. Na opinião da promotora, isso deve ser feito apenas em última hipótese: “Nós temos que parar de levar tudo para o âmbito jurídico e tentar tratar o caso primeiro entre as partes.”

Luiza Lessa  
luizajor@gmail.com

## Ciberbullying dribla a justiça

A violência do *bullying* também está presente no ambiente virtual, onde mesmo sem o contato pessoal a difamação contra a vítima pode acontecer em questão de segundos.

A promotora Priscila Linhares Albino e o psicólogo Marlos Gonçalves Terêncio acreditam que “o *cyberbullying*, como é chamado nesse ambiente, é uma das modalidades mais nocivas do fenômeno em razão da rapidez com que se difunde o conteúdo eletrônico na internet”.

Esse espaço tem sido alvo de constantes análises e é onde a justiça encontra as maiores dificuldades para identificar os agressores. No início do ano passado, uma decisão judicial responsabilizou o provedor Google por negligência, já que a empresa não tomou providências quanto à criação de uma comunidade e de um perfil falso

que apresentavam conteúdos difamatórios contra um indivíduo no Orkut, mesmo após a certificação do ocorrido.

O anonimato do agressor facilita para que ele saia ileso de acusações como essa. Nos EUA, recentemente aconteceu um caso de *cyberbullying* do qual os agressores provavelmente não sairão impunes. Tyler Clementi, de 18 anos, dividia o quarto com o colega Dharum Ravi em um dormitório na universidade. Certo dia, Ravi decidiu deixar a webcam ligada para gravar o que o colega fazia sozinho lá dentro. As imagens gravadas mostravam Tyler beijando outro homem e, após serem divulgadas sem permissão na internet por Ravi e outra estudante, Tyler se matou. Os dois estudantes podem ser punidos com cinco anos de cadeia. (LL.)

# Pesquisa faz jovem se declarar ocioso

Questionário do IBGE com perguntas pouco esclarecedoras indica aumento no número de brasileiros desocupados

Números recentes de uma pesquisa realizada pelo IBGE apontam um aumento, significativo, de jovens que se "declaram" ociosos. Os dados comparativos revelam que em 2008 o número de brasileiros entre 18 e 24 anos que não trabalhavam, não estudavam e diziam não ajudar em casa era de 1,2 milhões. Em 2009, os jovens nesta faixa etária representam 16,6% da população desocupada (8,4 milhões), ou seja, 1,39 milhões de jovens ociosos, um aumento de 100 mil pessoas.

As perguntas feitas pelo IBGE aos entrevistados limitavam as respostas em: só trabalha, só estuda, trabalha e estuda, cumpre afazeres domésticos e não faz nada. O tipo de questionário aplicado na pesquisa dificulta a compreensão do fenômeno. Ainda que o instituto explique que o resultado trata-se de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em três estágios de seleção, temos que levar em consideração que a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi criada com a finalidade de produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Daí a importância no cuidado na elaboração do questionário e na conclusão dos dados obtidos. Para se ter uma noção do tamanho da amostragem, nesta última edição foram pesquisadas 399.387 pessoas e 153.837 unidades domiciliares distribuídas por todas as unidades da Federação, numa população residente estimada em 191,8 milhões de habitantes.

Possíveis erros podem ter contribuído na divulgação de dados que apontam um aumento no número de jovens desocupados. Estes possíveis erros também reforçam a construção de um perfil inexistente na sociedade, pessoas que se encontravam numa situação de ociosidade, durante a semana de referência da pesquisa, e que passaram a ser tratados como desocupados permanentes, não justificando a classificação e os números finais. Há casos em que o entrevistado exerce atividade, mas que esta não se encaixa nas alternativas que o questionário considera ocupação. Outra falha é que o instituto afirma que os entrevistados se declaram ociosos, na verdade o que faltou foram alternativas.

## Fenômeno existe

Apesar dos aparentes erros na análise quantitativa e na aplicação do questionário do IBGE, o fenômeno de ociosidade existe, não há como negar e na tentativa de entendê-lo o psicólogo Sandro Carminatti arrisca uma explicação ao definir que nas classes mais favorecidas, por exemplo, muitos destes jovens estão ociosos por despreocupação financeira. Seus pais continuam bancando férias indefinidas, mesmo na fase adulta, resguardando suas "crias" de trabalhos mal remunerados, não compatíveis



Com tempo de sobra e pouco dinheiro disponível Dionatam realiza passeios durante os dias da semana por cidades próximas à Florianópolis

com a formação intelectual que receberam. Principalmente a classe média, que tem aumentado na última década, não tem medido esforços para garantir que os filhos estudem em bons colégios. Em alguns casos fica evidente que o paternalismo exagerado desencadeia outros problemas de ordem econômica para a sociedade.

O jovem adulto de classe média alta, por exemplo, justamente por não ter necessidade de se sustentar, passa a ter uma ideia deturpada de valores e não contribui para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

Para os mais pobres, a ociosidade tem outras razões, entre elas desinteresse, descrença no futuro promissor, desigualdades de condições na hora de disputar uma vaga no mercado de trabalho e dificuldade de conciliar estudos e serviço. O crime entre os menos favorecidos é o grande vilão. Outros fatores que também contribuem para este cenário seriam a má formação escolar e intelectual, o histórico de baixo desempenho nas atividades anteriores que os estigmatizam e traumatizam, deixando-os desacreditados da ascensão social e às margens do difícil encaixe em uma sociedade dinâmica, globalizada e competitiva.

## Classe média

José Antônio do Amaral, 22, estudante da quinta fase de publicidade e propaganda na Universidade de Brasília (UnB), é um exemplo de jovem que no momento não exerce nenhuma atividade. Zé, como é chamado pelos amigos,



Nas folgas entre uma balada e outra, José Antônio se diverte em bares e clubes na capital federal

é filho de funcionários públicos aposentados do Banco do Brasil, voltou do intercâmbio nos EUA em março deste ano, mesmo mês em que sua faculdade entrou em greve. Trabalhar para ele não é uma necessidade. O estudante diz que primeiro quer se qualificar para depois atuar com sucesso na sua área. Assim que voltou do exterior, José tentou uma vaga em uma agência de publicidade em Brasília, mas devido à greve da universidade não conseguiu oficializar o estágio e acabou desistindo. Quando as aulas começaram, em maio, o estudante resolveu trancar o curso, pois considerava que o tempo de reposição das disciplinas seria feito num período muito curto e conturbado para que ele tivesse um bom aproveitamento. Sua decisão foi apoiada pelos pais, que pagam todas as despesas do rapaz, desde alimentação, vestuário, viagens, festas e baladas nos finais de semana. Se tivesse sido entrevistado pela PNAD durante a semana de referência Zé entraria para o índice de desocupado, ainda que sua situação como estudante com o curso trancado seja temporária.

## Menos favorecidos

Em Florianópolis, Dionatam de Sou-

za, 19, não tem a mesma sorte que o brasiliense. Há quase três meses desempregado, o catarinense que vivia no Rio Grande do Sul com a família foi despedido do emprego, de seis horas, que tinha em uma pousada na Lagoa da Conceição, região nobre da ilha. O rapaz diz que desde a demissão vem se dedicando aos estudos para poder realizar seu sonho, ser comissário de voo. Ele terminou o curso técnico exigido para exercer a profissão de aeronauta em agosto e de lá para cá vive de favor na casa de um amigo em São

José. Há duas semanas desistiu do segundo curso de inglês que tentava cursar: frequentou três aulas e concluiu que o método de ensino da escola era muito complicado. Hoje Dionatam passa a maior parte do dia na internet, conectado ao MSN, conversando com seus amigos e familiares. Mesmo sentindo muita falta da sua família, sua principal queixa, diz não querer mais voltar para a casa da mãe.

Suas fontes de renda vêm do seguro desemprego que o governo paga e do dinheiro que sua mãe manda todo mês, com o salário que recebe como de funcionária de uma fábrica de calçados na grande Porto Alegre. O jovem tenta resolver os obstáculos em sua vida que, segundo ele, são inúmeros, de uma maneira que obedece a uma lógica só sua.

O maior de seus problemas hoje é o nível de exigências solicitado pelas empresas aéreas na contratação de comissários. "É um absurdo o que eles querem", reclama indignado o rapaz.

Em uma banca, como são chamadas as entrevistas de emprego nas companhias aéreas, é solicitado que o candidato comprove o conhecimento em nível acima do intermediário em uma segunda língua. Dionatam tem apenas o inglês básico e diz que já sabe como entrar na profissão, apostará nas empresas que estão surgindo, já que o nível das suas provas de inglês é bem menor, senão zero.

Ele é mais um jovem que entra na estatística do IBGE: pois não possui emprego e não frequenta um curso de ensino regular. Ainda que tivesse continuado o curso de idiomas, o PNAD não considera estudante aquele que frequenta somente curso de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia), de educação de jovens e adultos, supletivos por meio de rádio, televisão ou correspondência. O instituto também classifica como um desocupado o entrevistado que, mesmo que tenha procurado trabalho durante a semana de referência das pesquisas, tenha se declarado desempregado.

Na contramão destas duas histórias está a grande maioria dos brasileiros em idade economicamente ativa, pessoas que, além de estudar e trabalhar, arranjam tempo para fazer cursos extras. O psicólogo Sandro Carminatti também alerta para o excesso de atividades. No caso de jovens muito novos, adolescentes ainda, obstinados pelo sucesso ou pressionados pelos pais, o ritmo deve ser acompanhado de perto pelos responsáveis, que devem estar atentos ao ritmo dos filhos e cuidar para que as atividades extracurriculares sejam momentos de prazer e não novas exigências. "Eles precisam, sim, de uma atividade física três vezes por semana e uma atividade intelectual, como um curso de línguas, mas isso é o suficiente. O

adolescente precisa ter tempo ocioso", completa.

Carminatti explica ainda que a dinâmica familiar tem mudado muito nas últimas duas décadas. O jovem está aproveitando mais o conforto da família. Sua liberdade não está mais ligada à saída da casa dos pais, o que conta hoje é a independência financeira. Um jovem adulto que trabalha e que é bem remunerado tende a sair de casa somente quando for possível manter o mesmo padrão de vida.

O cidadão à procura de emprego é classificado como um ocioso

de prazer e não novas exigências. "Eles precisam, sim, de uma atividade física três vezes por semana e uma atividade intelectual, como um curso de línguas, mas isso é o suficiente. O

adolescente precisa ter tempo ocioso", completa.

Carminatti explica ainda que a dinâmica familiar tem mudado muito nas últimas duas décadas. O jovem está aproveitando mais o conforto da família. Sua liberdade não está mais ligada à saída da casa dos pais, o que conta hoje é a independência financeira. Um jovem adulto que trabalha e que é bem remunerado tende a sair de casa somente quando for possível manter o mesmo padrão de vida.

José Monteiro Junior  
jfmonteirojunior@gmail.com

# Planejamento, três meses e muito chão para construir o retrato dos brasileiros

Censo 2010 promove campanha para familiarizar os recenseadores e aumentar a segurança dos entrevistados; a dificuldade de encontrar pessoas em casa muitas vezes é compensada por boas histórias durante o levantamento

“Oi, boa tarde. Meu nome é Leonardo, eu estou fazendo o recenseamento do IBGE aqui do prédio, você poderia responder um questionário rapidinho?”, pergunta o garoto de cabelos cacheados, bochechas rosadas, mochila vermelha com flores brancas e uniforme do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Leonardo Santana Ribeiro é uma das 230 mil pessoas envolvidas no trabalho do Censo Brasileiro de 2010. O estudante de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina tem 19 anos, trabalha como recenseador e ajuda o IBGE a atingir o mesmo objetivo dos outros sete levantamentos já realizados por ele: trazer à sociedade, aos órgãos públicos e privados o retrato mais fiel do povo e da realidade dos domicílios do país.

Eram 15h07 e o sol estava forte. A voz feminina que atendeu o interfone respondeu que tinha acabado de tomar um remédio e iria deitar. Leonardo vai ter que voltar outro dia. Já na reta final, o trabalho do estudante começou no dia 1º de agosto e vai até 31 de outubro. Visitar as 58 milhões de residências brasileiras - cerca de dois milhões delas, catarinenses - não é tarefa fácil. Para Leonardo, a maior dificuldade tem sido encontrar as pessoas em casa. “O melhor horário para trabalhar é à noite, porque a maioria já voltou do trabalho”. A coordenadora estadual de divulgação do Censo, Sueni Juraci de Mello, conta que os recenseadores foram orientados e preparados para lidar com as mais diversas situações e explicar para as pessoas a importância do trabalho realizado. “Os catarinenses, em geral, aceitam bem a pesquisa”, garante.

Leonardo compara o trabalho no Censo ao de um vendedor: “Nos dois você tem que convencer a pessoa”. Ele não tem nem idéia de quantos quilômetros anda por dia - “só sei que eu chego em casa cansado”, brinca. O recenseador conta que algumas pessoas mais simples ficam honradas ao receber a visita do Censo. “Elas se sentem orgulhosas de participar do levantamento.”



O estudante Leonardo Ribeiro é um dos 6,739 recenseadores que trabalham no Censo em SC

A supervisora de Leonardo, Amanda Bertolini, tem 23 anos e também é estudante da UFSC, de Psicologia. Ela conta que o pior é quando as pessoas marcam a visita e não ficam em casa. “Tem gente que não quer responder e fica arrumando desculpa. O melhor é dizer que não quer participar e a gente vê o que faz.” De acordo com a lei nº 5.534, de 14 novembro de 1968, toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as infor-

mações solicitadas pelo IBGE. A multa para quem não cumprir a lei pode chegar a 10 vezes o salário mínimo vigente no país. Apesar disso, o instituto conta com a colaboração da população para que entendam que as informações prestadas são parte do processo de cidadania.

Quando chega ao prédio de tijolos de vidro na fachada, Leonardo é recebido pelo porteiro Cristiano Valério Barcelos, que já o conhece. Cristiano brinca dizendo que a foto de Leonardo fixada no elevador não pode ser ele. “Podia ter colocado uma foto melhor.” O porteiro conta que não teve problemas de aceitação dos moradores em relação ao censo, a dificuldade é só a de encontrar os moradores em casa. “Final de semana não adianta vir. Não tem quase ninguém, ainda mais se tiver sol.”

Muitas visitas acabam em boas conversas. A supervisora Amanda diz que gosta de visitar pessoas idosas. “Elas sempre têm uma história para contar.” Boa conversa também tem Carlos Alberto dos Santos, que chegou da rua enquanto Leonardo tentava interferir para os apartamentos.

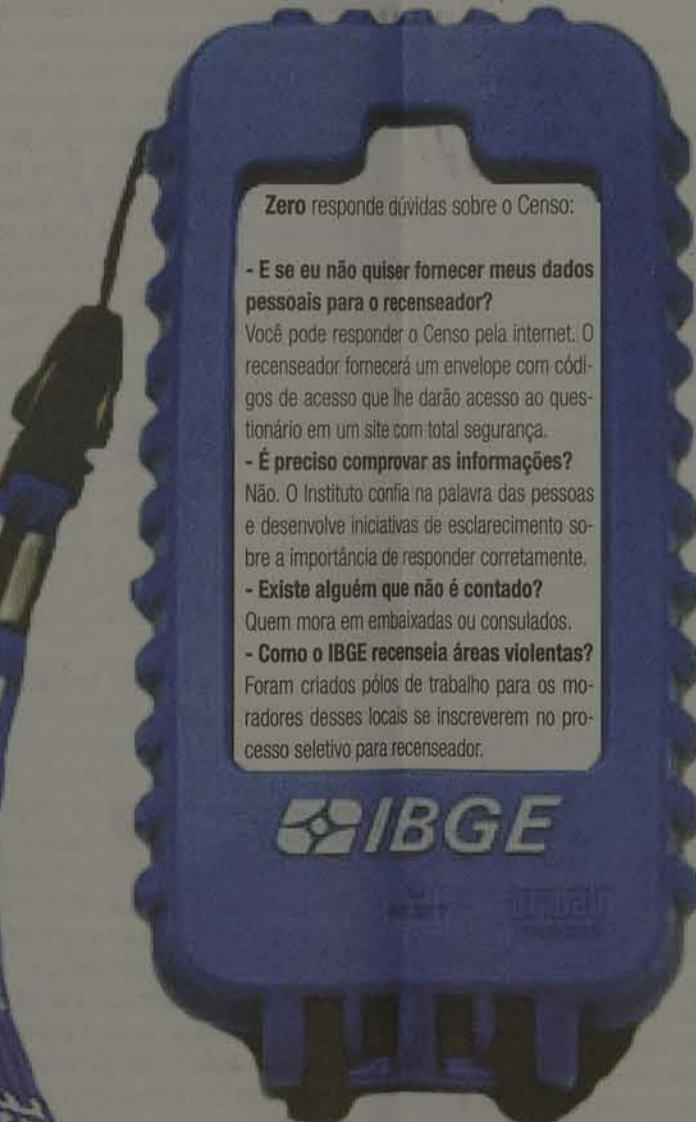
- O senhor já foi recenseado?  
- Ainda não, cara. Achei que você vinha ontem. Tinha café e tudo. Perdeste. Hoje não tem.

Carlos é um senhor simpático e brincalhão, que achou graça na pergunta “qual o seu sexo?”. Sueni de Mello explica que os recenseadores são orientados a perguntar o sexo mesmo que seja evidente ao olhar para a pessoa. “Cada um declara o sexo que quiser.”

Em outros tempos, quando era adolescente, Carlos também já foi um recenseador. De lá para cá se passaram 44 anos e a população

brasileira aumentou para cerca de 87 milhões. “Hoje a tecnologia é assustadora, muito diferente de outras épocas.” Para acompanhar esse crescimento, todos os questionários são feitos através de um computador de mão, os chamados PDAs (Personal Digital Assistants). Neles, o recenseador possui todas as informações que precisa, como a lista dos domicílios que ainda precisam ser visitados e mapas para localização. Além disso, o PDA alerta sobre informações que não fazem sentido. Se a pessoa declarou que mora em um apartamento e em seguida diz que o material da residência é de palha, por exemplo, o computador avisa a incompatibilidade.

Quando Leonardo pergunta sobre a raça de Carlos, ele se impressiona. “Essa pergunta existe ainda, cara?” O senhor acredita que essa pergunta é ultrapassada. “No Brasil é difícil responder”, justifica. O IBGE investiga a cor de forma autodeclaratória. O método é consagrado internacionalmente e foi ratificado na Declaração de Durban (Relatório da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata). A resposta ao IBGE é escolha do morador, porém ele deve optar por “branco, preto, amarelo, pardo ou indígena”.



Zero responde dúvidas sobre o Censo:  
- E se eu não quiser fornecer meus dados pessoais para o recenseador?  
Você pode responder a Censo pela internet. O recenseador fornecerá um envelope com códigos de acesso que lhe darão acesso ao questionário em um site com total segurança.  
- É preciso comprovar as informações?  
Não. O Instituto confia na palavra das pessoas e desenvolve iniciativas de esclarecimento sobre a importância de responder corretamente.  
- Existe alguém que não é contado?  
Quem mora em embaixadas ou consulados.  
- Como o IBGE recenseia áreas violentas?  
Foram criados pólos de trabalho para os moradores dessas locais se inscreverem no processo seletivo para recenseador.

Quando Leonardo pergunta sobre a raça de Carlos, ele se impressiona. “Essa pergunta existe ainda, cara?” O senhor acredita que essa pergunta é ultrapassada. “No Brasil é difícil responder”, justifica. O IBGE investiga a cor de forma autodeclaratória. O método é consagrado internacionalmente e foi ratificado na Declaração de Durban (Relatório da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata). A resposta ao IBGE é escolha do morador, porém ele deve optar por “branco, preto, amarelo, pardo ou indígena”.

Liriane Gomes Velho é estudante e atendeu o recenseador já saindo de casa, com os cadernos na mão. Achou bom porque foi rápido. A estudante respondeu o questionário básico, com 36 perguntas, feito à maioria das pessoas. Mas existe um outro, maior e mais demorado, chamado “questionário de amostra”. Aproximadamente 11% dos domicílios responderão esse segundo tipo, que possui 108 perguntas e investiga, entre outras coisas, sobre migração interna, rendimento proveniente de programas sociais, tempo habitual de deslocamento de casa para o trabalho, estrutura familiar e cônjuges do mesmo sexo. A escolha sobre quais domicílios responderão o questionário da amostra é feita por sorteio pelo próprio computador de mão do recenseador.

O procurador aposentado Sergio Cardoso também respondeu as perguntas básicas e achou tranquilo até demais. “É muito básico. Já que a tecnologia faz ser tão prático, deveria ter mais perguntas, como se a pessoa tem interesse por política, por exemplo.” Para o IBGE, aplicar um questionário extenso em todos as residências do país não é uma alternativa viável. Os custos e o prazo necessários para liberar os resultados seriam muito maiores. De acordo com o instituto, também é inviável realizar o censo com mais frequência, ao contrário do que Sergio gostaria. “Deveria ser de dois em dois anos”, diz, ao invés de ocorrer a cada dez anos. Além de caro, o processo de realização de um censo é trabalhoso e precisa ser bem planejado. Seu orçamento está calculado em R\$ 1,677 bilhão. Desses valor, 67% gastos com pessoal, 19% com custeio e 14% com investimentos.

Quando Anália Lins respondeu o questionário estava com pressa. Ela comentou que não acredita que o levantamento reflita com exatidão a realidade do país. “Acho que é impossível. Até porque não dá para falar com todo mundo. Eu, por exemplo, estava viajando, você deu sorte de me encontrar em casa hoje”, explicou.



Carlos dos Santos se impressiona com o PDA: em 2000, os questionários ainda eram de papel

Apesar de entender que é praticamente impossível visitar a totalidade absoluta das pessoas, o IBGE busca visitar todos os domicílios do país. Existe um cuidado para que ninguém fique de fora, inclusive moradores de rua. O recenseador espera que essas pessoas sejam recolhidas em lugares como albergues ou domicílios improvisados. Lá, elas respondem o questionário assim como as outras - caso contrário, dificilmente os moradores de rua participam do Censo.

Vítimas de catástrofes e enchentes, como as ocorridas no mês de janeiro, em São Luís do Paraitinga, também foram visitadas. Elas contam nas estatísticas como moradoras de domicílios improvisados. Caso isso não acontecesse, mais de 150 famílias estariam fora da pesquisa.

É fundamental existir um retrato o mais fiel possível da população brasileira. Através dos resultados do censo, o poder público distribui a verba do governo, identifica quais locais precisam de mais investimentos em saúde, saneamento básico, educação, entre outros. Além disso, os resultados permitem acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica

de haver pessoas em casa - este ano, a data caiu em um sábado. Além disso, escolhe-se um período semelhante ao fixado no censo anterior, para uma melhor comparação. A data referência da pesquisa de 2000 foi 1º de agosto.

Algumas pessoas ficam preocupadas se as informações fornecidas ao IBGE serão repassadas a outros órgãos, mas isso não acontece. Assim como existe uma lei que obriga as pessoas a responderem ao censo, existe um decreto garantindo que essas informações são sigilosas e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

## Novas perguntas

Além do Brasil, outros 67 países serão recenseados em 2010. Entre eles, estão Estados Unidos, México, Argentina, Bolívia, Uruguai, Japão, Paquistão, Coreia do Sul e China. De acordo com os dados da ONU, todos os 68 países (incluindo o Brasil) recenseados este ano representam quase a metade da população mundial.

O primeiro Censo brasileiro foi realizado em 1872, época em que o Brasil era uma monarquia governada pelo imperador D. Pedro II. Uma das perguntas do questionário era se a pessoa era livre ou escrava. As mudanças nos questionários em geral refletem as modificações no modo de vida da população. Perguntas sobre o uso de medidor e disponibilidade de energia elétrica, existência de telefone celular, motocicleta e acesso a internet não existiam nas estatísticas passadas, mas passaram a fazer parte das perguntas do Censo 2010.

Os resultados do levantamento sobre a população brasileira por sexo e a situação dos domicílios (quantos em áreas urbanas e quantos em áreas rurais) serão divulgados no final do ano. As demais informações serão divulgadas só em 2011. A partir daí, qualquer pessoa poderá ter acesso a todos os resultados através do site.

O dia 31 de julho, data de referência do censo, não foi escolhido por acaso. Ele representa o dia em que há mais chan-

“Tem gente que não quer responder e fica arrumando desculpa”

## Resultados parciais apontam mudança na pirâmide social

Quando o último censo foi realizado, em 2000, o recenseador Leonardo ainda era uma criança de apenas nove anos. De lá para cá, muita coisa mudou. Leonardo hoje ajuda a construir o retrato de um país que se transforma pouco a pouco.

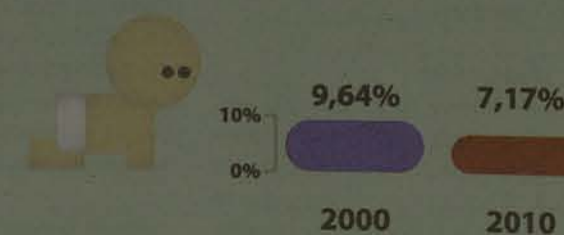
Segundo os dados preliminares do levantamento do IBGE, divulgados em setembro, a pirâmide etária brasileira já está diferente. Em 2000, crianças de até quatro anos representavam 9,64% da população brasileira e as da faixa etária de 5 a 9 anos eram 9,74%, percentual que caiu para 7,79%. Esse dado, aliado à maior expectativa de vida, mostra que o Brasil está ficando mais velho, assim como muitos países desenvolvidos.

De acordo com o pesquisador do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas da Universidade Federal de

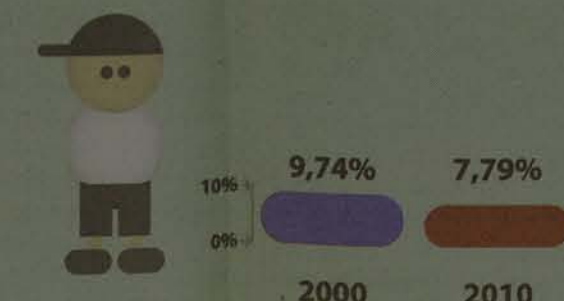
Santa Catarina (UFSC), Emi José Seibel, essa é uma tendência que já vem de outras décadas. “É um fenômeno que está associado à redução da taxa de fecundidade.” Outros fatores são a ampliação do acesso à saúde e o aumento da renda associado ao avanço no grau de escolaridade, principalmente das mulheres. “Quanto maior o grau de instrução, menos chances de terem muitos filhos”, afirma.

O aumento de programas de educação oferecidos pelos governos da última década, com informações sobre saneamento básico, por exemplo, influenciaram no crescimento da expectativa de vida. Na opinião do pesquisador, “na medida em que a população de classe baixa melhora a renda, ela também melhora suas condições sanitárias”.

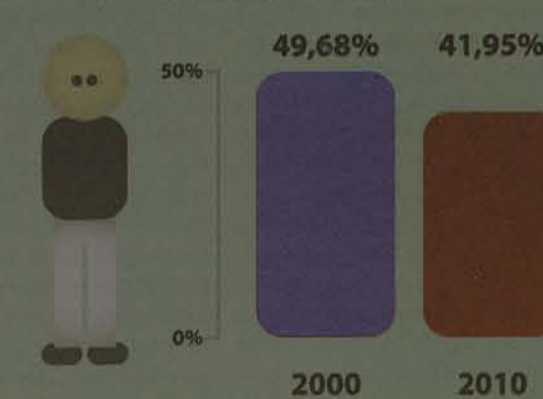
## Porcentagem de crianças com até quatro anos de idade em 2000 e 2010



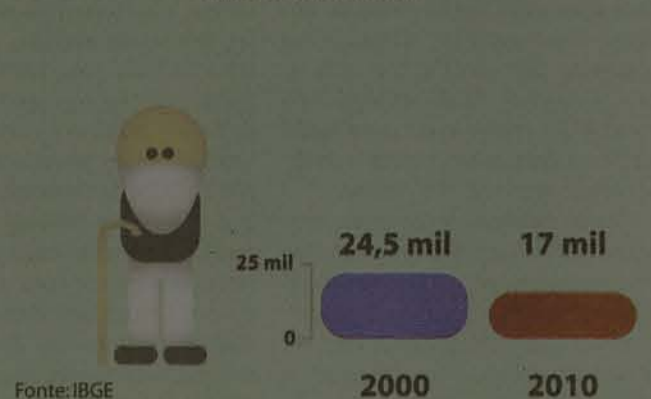
## Porcentagem de crianças de cinco até nove anos de idade em 2000 e 2010



## Porcentagem da população com até 24 anos em 2000 e 2010



## População com mais de 100 anos em 2000 e 2010



Infográfico: Bruno Fonseca

Bárbara Dias Lino  
barbaradiaslino@gmail.com



# Teste da orelhinha deve ser gratuito

## Municípios catarinenses se anteciparam à lei nacional e realizam o exame nas maternidades públicas

Pablo Henrique dos Santos Almeida nasceu com pouco mais de três quilos e 48 centímetros, na Clínica Jane, em Florianópolis, no dia 19 de setembro. Exatamente um mês e 17 dias depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei (nº 12.303) que torna obrigatória a gratuidade do Teste da Orelhinha em todas as maternidades e hospitais públicos do Brasil.

O ideal é que o bebê realize o teste nas primeiras 48 horas após o nascimento e antes de receber alta. Por ter nascido em uma maternidade particular, Pablo Henrique teve que esperar mais para saber se estava tudo bem com a sua audição. Vinte e quatro dias depois de vir ao mundo, o pequeno, filho de Ellen Cristina de Almeida Tavares e Rafael Marinho dos Santos, fez o exame no Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina e nenhuma anormalidade foi detectada.

No Brasil, de cada mil crianças que nascem vivas, três apresentam problemas de audição. Para o otorrinolaringologista Bruce Rigenbach, a realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas, mais conhecido por Teste da Orelhinha, é de extrema importância devido a alta incidência de casos de surdez. O teste que surgiu há 10 anos no país, mas somente agora virou lei. Deve ser feito por um fonoaudiólogo e detecta possíveis deficiências no sistema auditivo, diagnosticando precocemente a surdez e problemas de fala e linguagem, ambos ligados ao sistema auditivo.

Os recém-nascidos são capazes de reagir a todos os tipos de som.

Por isso, para o exame um pequeno fone é colocado na orelha externa do bebê e emite um ruído fraco que viaja pela cóclea, órgão responsável pela audição. Ao detectar o ruído, os cílios se movimen-

tam e emitem uma resposta, registrada pelo equipamento. Se os cílios permanecerem parados e o aparelho nada registrar significa que a criança pode apresentar algum problema auditivo. Como o exame é realizado nos primeiros dias de vida, a orelha do bebê pode ter ainda algum líquido do parto, o que compromete o resultado. A criança deve, então, repetir a análise em um prazo de 15 a 20 dias.

O teste também denominado triagem auditiva neonatal dura cerca de cinco minutos e para a sua realização o recomendável é que o recém-nascido esteja tranquilo, preferencialmente dormindo. Para o procedimento, a fonoaudióloga Adriana Peres Lima, do



O teste é realizado rapidamente e o resultado sai na hora, facilitando o diagnóstico da criança e o possível encaminhamento para tratamento

Hospital Universitário, pede que um dos pais segure o bebê e explica que o exame não causa nenhuma dor ou incômodo. Além do teste, é feito também uma entrevista. A mãe responde se tem pressão alta ou diabetes, se o casal tem algum parentesco, se na família há algum caso de surdez. As informações são necessárias para saber se a criança apresenta algum fator de risco, o que demanda um acompanhamento maior. Outros indicadores considerados de risco para perdas auditivas são: permanência em UTI neonatal por mais de cinco dias, infecções congênitas (rubéola, sífilis, toxoplasmose, herpes, HIV, citomegalovírus), infecções bacterianas e/ou virais pós-natais (sarampo, varicela, meningite),

traumatismo craniano e quimioterapia. Nos casos em que os testes são repetidos e mesmo assim os cílios não sofrem alteração indicando possível deficiência auditiva, a criança é encaminhada para tratamento. Em Santa Catarina, o Programa Estadual de Saúde Auditiva é responsável por todas as etapas posteriores a realização do Teste da Orelhinha. O projeto que existe desde 2004 abrange todo o estado, e somente na região de Florianópolis atende hoje a 20 mil pacientes. Uma delas é Sofia dos Santos Moraes. No primeiro dia de vida a menina passou pela triagem e o resultado foi negativo. Com a repetição

do exame e como mais uma vez o aparelho não registrou sinais de audição passou a integrar o programa. Por meio do projeto começou o tratamento no HU onde, em um único dia e de forma gratuita, teve avaliações com quatro profissionais: otorrinolaringologista, assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo. Logo depois, foi submetida a outros exames, entre eles o de Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (BERA) que avalia os estímulos eletrofisiológicos da audição. O resultado do BERA mostrou que Sofia tem surdez total. Hoje ela está com dois anos e há cerca de três meses recebeu um implante coclear, também chamado de ouvido biônico, aparelho que substitui as funções da cóclea. Para Eliane Ventura dos Santos, mãe de Sofia, o Teste da Orelhinha foi fundamental para um diagnóstico precoce e para o tratamento adequado. "Se não tivesse feito o exame, talvez somente agora eu perceberia que algo estava errado e minha filha não estaria começando a perceber o som por meio do implante como acredito que esteja acontecendo".

Sofia foi encaminhada ao Hospital Universitário por este ser um dos dois Centros de Referência em Saúde Auditiva do estado. O HU é encarregado pelo tratamento relativo à audição em Alta Complexidade, o único que trata de para crianças com até três anos de idade. Desde 2005, mais de 15 mil pacientes de todos os municípios catarinenses receberam atendimento na unidade. Em relação à triagem auditiva neonatal, 1761 recém-nascidos foram avaliados em 2008, o que corresponde a 99% das crianças que nasceram nas dependências do hospital naquele ano. Cerca de 19% dos bebês apresentaram falhas na primeira etapa. Caso comprovada a deficiên-

cia, o paciente coloca gratuitamente uma prótese. Pela rede particular, o mesmo procedimento custaria em torno de R\$ 8 mil. "Quanto mais cedo o bebê que tiver problemas de audição começar a usar e se acostumar com o aparelho auditivo melhor será para o seu desenvolvimento, em especial, o da linguagem", explica Luciana Cardoso Assuít, chefe de Fonoaudióloga do HU.

Pacientes de outras localidades do estado não precisam se deslocar à capital para o tratamento. Segundo Lucinéia Ivone da Silva, responsável pelo Programa Estadual de Saúde Auditiva, o projeto conta com seis prestadores de serviços em regiões distintas, todos de média complexidade. A Clínica Integrada do Oeste assiste os pacientes da região oeste; em Itajaí o tratamento é feito na Univali; Jaraguá do Sul é atendida pela Associação dos Surdos e na Grande Florianópolis a Clínica Otovida e o HU são responsáveis pelos atendimentos. O Alto Vale do Itajaí esta sob os cuidados de Joinville, onde também há um Centro especializado em Alta Complexidade e um dos primeiros municípios catarinenses a realizar gratuitamente o Exame de Emissões Otoacústicas. Segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, o estado já realizava o Teste da Orelhinha gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) antes mesmo da obrigatoriedade prevista na legislação nacional e muitos locais já ha-

viam implementado o exame como lei municipal. Mafrá é um exemplo e na cidade a triagem auditiva é feita por fonoaudiólogos do próprio hospital. Na capital catarinense, o sistema é terceirizado. Uma empresa privada licitada pelo estado faz o exame na Maternidade Carmela Dutra e no Hospital Regional de São José. Desde 2004, a responsável pelo Teste da Orelhinha na região é a Clínica Otovida e, até hoje, mais de 40 mil crianças passaram pelo exame. De acordo com a fonoaudióloga Nicole Valverde Mafrá, os recém-nascidos que recebem alta sem ter feito o exame são atendidos na Clínica, mas o agendamento do teste é efetuado antes da mãe e da criança deixarem a unidade de saúde.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina para a terceirização do sistema em Florianópolis é considerada a tabela do SUS que estabelece que o valor do Exame de Emissões Otoacústicas não pode ultrapassar a R\$ 13,51. Na rede particular, o exame custa em média R\$ 60. Mas, assim como os pais de Pablo Henrique e Sofia, outros casais podem não pagar nada pelo teste. O Hospital Universitário, todas as sextas-feiras

no período vespertino, realiza a triagem em crianças que nasceram em estabelecimentos privados.

O Ministério da Saúde informou que prazos estão sendo discutidos entre o ministério e as secretarias de saúde

para que os hospitais e as maternidades do SUS se adequem aos padrões e normas para a realização do teste. Nos municípios onde o serviço já era disponibilizado foram feitos quase 270 mil triagens auditivas somente no ano passado.

O Teste da Orelhinha demonstra como está o funcionamento do sistema auditivo no dia em que o exame é efetuado, mas não descarta perdas de audição que possam surgir após a sua realização. Especialistas alertam que os pais fiquem atentos ao desenvolvimento auditivo e de linguagem dos filhos e, caso tenham alguma dúvida procurem um médico ou fonoaudiólogo. "É importante que os pais cuidem das crianças e utilizem todos os recursos para garantir a saúde e o bem-estar do bebê", afirma Marco Aurélio Jorge da Silva, avô de Pablo Henrique, que deixa o hospital tranquilo e orgulhoso, pois seu neto passou em um de seus primeiros testes na vida.

**"É importante que os pais cuidem das crianças e utilizem todos os recursos para garantir a saúde e o bem-estar do bebê"**

**"Quanto mais cedo o bebê que tiver problemas de audição começar a usar e se acostumar com o aparelho auditivo melhor será para o seu desenvolvimento, em especial, o da linguagem"**

# A paixão pelo canto do acasalamento

Fascinados por curiós ensinam as melodias e levam fêmeas para ativar o macho pouco antes das competições

Fotos: Daniela Bidone

Inquieto, sem parar de fazer seus pronunciamentos, ele está isolado dos vizinhos indesejados pelas paredes e janelas fechadas da sala. Parece querer chamar mais atenção do que a televisão ligada ao lado, pouco abaixo do gancho onde está pendurada sua gaiola. Com as penas pardas, não consegue esconder sua juventude de aproximadamente oito meses de vida. O nome, Gaguinho, parece ter sido escolhido há pouco tempo pelo dono, Luiz Gonzaga Garcia, caminhoneiro aposentado. O filhote é o mais novo curió a estar presente nos quase 50 anos de paixão de Gonzaga pelas aves, que cantam e mantêm a tradição em diversas casas da Grande Florianópolis.

Gaguinho ainda está aprendendo o canto chamado de Florianópolis Clássico, sempre atento ao MP3 ligado a duas caixinhas que tocam o som constantemente, junto ao barulho de uma cachoeira. Ruídos de água estimulam a ave a soltar a voz, no caso do Gaguinho, de um jeito peculiar que originou seu nome. Segundo Gonzaga, o pássaro emite alguns balbúrcios antes de engrenar no canto. Além do Florianópolis Clássico, existem vários outros cantos que os curiós podem aprender, como Praia Grande, Paracambi e Vi vi te teu. De acordo com João José Pereira Júnior, criador de curiós, cada pássaro costuma aprender apenas um canto. "Alguns podem misturar o canto de outras aves que estão próximos".

O nome curió tem origem tupi e quer dizer "amigo do homem", já que o pássaro gostava de ficar perto de aldeias indígenas. Quando jovem, o curió macho tem penas pardas e ao se tornar adulto fica preto, com o peito em cor vinho. A fêmea é parda durante toda sua vida e não participa de campeonatos, apenas reproduz e acompanha o macho para estimulá-lo a cantar. Para saber o sexo do pássaro ainda filhote, é feito um exame de sexagem com uma amostra sanguínea. A análise também permite saber quem são os pais, caso eles sejam desconhecidos. Segundo Gonzaga, um curió bem cuidado pode viver até 30 anos em cativeiro.

## Competições

Gonzaga rememora com orgulho as conquistas de Peter Pan, pássaro treinado por ele e vitorioso em disputas nas modalidades para curiós pardos em 2009. A mais importante foi o campeonato sul brasileiro, no final do ano. "Nunca sai de uma competição sem que Peter Pan fosse campeão em alguma categoria". Depois do ciclo de torneios, Gonzaga precisou reforçar a alimentação do pássaro com larvas de tenébrio por causa de uma doença que não soube identificar. Quando se recuperou, Peter Pan e todos os seus troféus foram vendidos. A placa de melhor canto Florianópolis de curió pardo com repetição do sul do Brasil está pendurada

no curiódromo que o criador montou atrás de sua casa. As gaiolas vazias já abrigaram dez fêmeas e quatro machos da espécie, mas a chegada de canários do reino na vizinhança fez Gonzaga desistir da criação. Como os curiós imitam bem sons de outras aves, a presença afeta os filhotes que estão começando a aprender o canto.

As competições são divididas em algumas categorias, mas a principal separação é entre curiós pardos e pretos. Caso um curió adulto dispute com um filhote, que ainda é pardo, ele pode confundir-lo com uma fêmea. Segundo João, isso pode fazer com que o macho queira acasalar, deixando o filhote assustado. Uma das modalidades é chamada de fibra, em que as gaiolas são colocadas em círculo, cada uma a mais ou menos 15 centímetros da outra. Os curiós cantam em etapas, e se classificam os com maior número de repetições. O círculo diminui até sair o campeão. João explica que essa espécie de pássaro costuma proteger seu território, por isso canta muito ao perceber outros machos por perto.

Os curiós também podem competir cantando sozinhos, avaliados pelo número de repetições ou pela qualidade do canto. Segundo Gonzaga, a ave tem cinco minutos para começar a cantoria, senão é desclassificada. Um truque dos criadores é tirar a capa que envolve a gaiola em torno de 15 minutos antes e deixá-lo admirando alguma fêmea. De acordo com Gonzaga, depois que é separado da fêmea, o curió abre o bico para chamá-la, e assim pode ser avaliado. João José Pereira Júnior, que também é secretário da Sociedade Amigos do Curio (SAC), explica que nos campeonatos organizados em Florianópolis, as categorias em que os pássaros cantam sozinhos são realizadas em local aberto, para que não ocorra influência dos concorrentes.

A Sociedade Amigos do Curio é responsável por organizar o calendário de campeonatos em Florianópolis e legalizá-lo no Ibama. Foi criada em 23 de julho de 1980, com sede no bairro Trindade, que atualmente abriga um ginásio de 800 m<sup>2</sup>. O espaço foi construído em 2000, quando 70 sócios doaram R\$500 cada um. Antes, existiam apenas ginásios menores no terreno. Dentro do ambiente fechado são feitas as disputas de fibra, e no pátio da escola ao lado, as de canto individual. Apesar de ter curió no nome, a sociedade também tem sócios criadores de trinca-ferros, coleiras e bichudos. São cerca de 1200 apaixonados por pássaros que pagam R\$90 por ano



Gonzaga treina em isolamento seu novo curió, Gaguinho, com gravações em MP3 do canto Florianópolis Clássico



Curiós são pardos quando filhotes, mas os machos adultos ganham penas pretas e vinho

para manter a sociedade, sendo que a presença masculina é maioria, segundo João: "acho que temos apenas três ou quatro mulheres".

## Paixão registrada

Para participar dos campeonatos da SAC, o criador precisa, obrigatoriamente, ter seu pássaro registrado no Ibama. A solicitação das anilhas, que são anéis de identificação colocados na pata da ave, deve ser feita pelo menos 30 dias antes do nascimento dos filhotes. Segundo a legislação do órgão, as licenças para criadores amadores têm validade de um ano. Todas as vezes que o pássaro for transportado também deve ser requerida uma autorização, o que facilita a fiscalização. A legislação proíbe que os pássaros registrados em cativeiros sejam soltos.

O Ibama criou o Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes (Sispas) para que os interessados consigam se cadastrar e solicitar as anilhas pelo site. Caso a fiscalização

recolha alguma ave que não esteja registrada, o responsável pode pegar seis meses de detenção, além de pagar multa. O valor é R\$500 para pássaros que não estejam em extinção e chega a R\$5000 para os que correm risco de sumir da natureza. Na página eletrônica do órgão está explicado que a criação de pássaros canoros — ou seja, que cantam — começou com a descoberta do Brasil e por muito tempo foi realizada sem controle, o que quase ocasionou o desaparecimento de algumas espécies da natureza. Atualmente, não só existe mais fiscalização, como também os criadores são contra a retirada de aves de seu habitat. "Algumas pessoas pensam que nós prendemos pássaros que estavam soltos, mas isso não acontece, até porque eles só cantam bem se forem criados em cativeiro", esclarece João.

## Canto especial

Para os fascinados por curiós, seu canto parece o som de um violino. Segundo o professor Alexandre Paulo

Teixeira Moreira, coordenador do Laboratório de Bioacústica da UFSC, o curió canta estrofes melodiosas e se destaca dos outros pássaros brasileiros pelos assovios fortes que emite. Essa ave, assim como outras canoras, canta por causa da reprodução, e é por isso que os campeonatos começam junto com a primavera. O órgão responsável pela vocalização das aves é a siringe, que se localiza no final da traquéia. Segundo o professor, são raras as vezes em que este órgão não existe: "o urubu não tem siringe, por isso não vocaliza".

Para aprender as músicas os curiós têm seus mestres, que são pássaros com o canto já definido. Na falta de um professor com bico e penas, são ligadas as gravações. O procedimento acontece desde que o curió nasce, mas segundo João, ele só vai começar a cantar com cinco ou seis meses. E quatro meses depois já está preparado para participar de torneios, disputando com outros curiós pardos. Algumas aves dessa espécie chamam atenção pelo preço que atingem depois de vencerem alguns campeonatos, mas João garante que é incomum um curió ter o valor de um apartamento, como algumas pessoas acreditam. "Não falo sobre preço porque podem pensar que vendemos todas as semanas um pássaro por 50 ou 100 mil reais." A questão do dinheiro pode impressionar aos leigos e, segundo João, até causar certo preconceito, mas este não é o motivo que faz tantos criadores levarem a gaiola pendurada no dedo aonde quer que vão. O indicador em forma de gancho é a mais fácil identificação de quem considera os curiós como melhores amigos do homem.

Daniela Bidone  
danibidone@gmail.com

# Não é apenas um livro cor-de-rosa

Leitores do *Chick Lit* criticam estereótipo de 'coisa de mulherzinha' e defendem a valorização do gênero literário

A aspirante a médica Lidiane Zavari-ze, de 19 anos, é uma das admiradoras da rechonchuda Bridget Jones, personagem ícone de um dos romances de maior sucesso do estilo *Chick Lit*. A expressão que em inglês significa algo como "literatura de mulher", é usada para classificar as histórias leves, geralmente escritas por mulheres e que tratam de temas do universo feminino. Para Lidiane, *O diário de Bridget Jones*, escrito por Helen Fielding, a matriarca dos *Chick Lit's*, é o melhor deles. "Jane Austen é a avó desse gênero. Ela já tratava da vida da mulher, do universo dela, só que numa outra realidade". Lidiane se refere à escritora inglesa do século XIX, autora de *Orgulho e preconceito* e *Razão e sensibilidade*.

O romance de Helen Fielding, lançado em 1998, abriu caminho para os livros cor-de-rosa, adornados com *glitter* e letras douradas em alto relevo, com um enredo típico para agradar seu público alvo, as mulheres contemporâneas. As histórias deste gênero literário, apesar de alguns clichês, não se detêm a tratar de amores platônicos e donzelas em perigo. Na forma contemporânea dos romances de banca de revista de autoras como Candace McCarthy, as protagonistas da trama geralmente são mulheres modernas, habitantes da cidade grande, que buscam o sucesso profissional e, claro, um final feliz ao lado de um cara apaixonado por elas. Os livros *Sex and the city*, de Candace Bushnell, e *O diabo veste Prada*, de Lauren Weisberger, lançados em 2003 e 2004, são sucessos dessa literatura.

Os autores Machado de Assis e Dan Brown estão na estante de Lidiane, mas, ultimamente, ela só tem paciência e disposição para o *Chick Lit*. A estudante tem frequentado a biblioteca todos os dias, onde estuda para o vestibular de Medicina. Escorada numa pilha de guias da *Abril* e apostilas do cursinho, ela diz que, no momento, seu livro de cabeceira é *Bridget Jones no limite da razão*. Na trama, o dilema da jornalista inglesa não é mais desencilhar, parar de fumar e emagrecer, como no primeiro livro, mas lidar com a rotina do namoro com o cara perfeito e as cantadas quase irresistíveis do colega de trabalho cafa-jeste, mas muito atraente. "Ultimamente, por causa dos estudos, consigo ler só duas ou três páginas por noite e já caio. Mas minha terapia é a leitura e para ler e descansar, tem que ser um livro mais leve, como o *Chick Lit*". Para Lidiane, o que mais a atrai neste tipo de leitura é a proximidade das personagens e histórias com a vida real. "Me identifico com a Bridget, por isso gosto do livro. Já a Bela [protagonista da saga *Crepúsculo*] é muito donzela em perigo, não tem atitude.

"Uns 300 pelo menos" é o número de *Chick Lit's* que a geógrafa Julianna Steffens diz ter lido até hoje, desde *O diário de Bridget Jones*, que conheceu há quase uma década. A dona do blog *Lost*



A estudante Ariana Marilis é fascinada por livros do estilo *Mystery Lit* e mostra um dos seus preferidos, *Formaturas Infernais*, de Meg Cabot



Júlia Brunelli, autora de *Relaxa mulher... você ainda tem jeito!*, sobre valorização da mulher

em *Chick Lit*, o mais completo sobre o gênero literário no país, diz que os livros desse estilo são os mais fiéis aos dilemas diários da mulher moderna e que, além de divertidos, são realistas. "Elas [as personagens] lutam pelo seu espaço no mercado de trabalho, na sua rotina dupla-tripla e não dificilmente são recém formadas na universidade".

Para Júlia Brunelli, uma das autoras do livro *Relaxa mulher... Você ainda tem jeito!*, lançado este ano, pela editora Multifoco, o *Chick Lit* é leve, moderno e trata do universo feminino com muito

charme e humor. "São para as mulheres contemporâneas, bem resolvidas, inteligentes e bem sucedidas. Preciso fazer uma ressalva: não são romances bobalhões".

O livro da socióloga, escrito em parceria com Adriana Pueblo e Angélica Francis, fala sobre a vida da mulher na sociedade e em família, dos conflitos no casamento e da educação dos filhos. "A mulher não precisa mais provar que é boa ou melhor que o homem. Nós queremos maridos companheiros e parceiros nas tarefas do lar e acreditamos que

os casamentos longos podem sim dar certo". Júlia se diz horrorizada com a desvalorização da mulher hoje, a perda de valores essenciais que diferenciam os sexos e critica a onda das garotas frutas. "Não à toa, elas estão apodrecendo no balcão da Ceasa".

## Tem *Chick Lit* para todo gosto

Com a pluralidade de livros no mercado, o estereótipo 'mulher de 30 em busca da felicidade' não é mais o único tema dos *Chick Lit's*. De acordo com a blogueira Julianna Steffens, a literatura feminina pode ser dividida em 12 subgêneros, como o *Glamour Lit*, do livro *Sex and the city*, o *Teen Lit*, representado por *O diário da princesa* e até o *Mystery ou Thriller Lit*, onde se enquadram histórias românticas com uma pitada de suspense ou terror.

A saga *Crepúsculo*, de Stephenie Meyer, uma das mais conhecidas

deste último subgênero, também se encaixa no estilo *Young Adult*, ou 'jovem adulto'. A obra foi uma das primeiras que Ariana Marilis conheceu. A estudante de 16 anos começou lendo gibis, passou por *Harry Potter*, pelos livros cor-de-rosa do *Chick Lit*, mas agora prefere as sagas sobre vampiros e invasores de corpos.

A mãe de Ariana garante que a paixão da filha pela leitura foi influenciada por ela. A costureira tem mais de 600 romances de banca de revista, de autoras como Barbara Cartland e Sandra Brown, e vários livros de Sidney Sheldon.

Atualmente a estudante está lendo *A hospedeira*, de Stephenie Meyer, e *A mediadora*, de Meg Cabot. No acervo, Ariana tem *Fallen*, de Lauren Kate, *Marcada*, de Kristin Cast e *Formaturas infernais*,

seleção de contos "macabros" de cinco autoras americanas, entre elas Meg Cabot. O *dark romance* caiu no gosto dos mais jovens, principalmente das meninas, e se mantém na exposição dos mais vendidos nas livrarias. O romance de Lauren Kate, *Fallen*, é o primeiro da lista da editora Record, acompanhado por outros quatro títulos do mesmo gênero.

A fã de *Mystery Lit* está no Ensino Médio, já leu mais de 60 livros e adora o autor de Iracema, José de Alencar. Ariana tem três amigas que gostam desse tipo de leitura, mas não conhece nenhum garoto que leia *Chick Lit*. "Ele ficou muito estereotipado como literatura de mulher, então os meninos ficam com medo do que os amigos vão pensar, se eles lerem esse tipo de livro".

O paulista William Souza é uma das exceções e conhece mais de 50 histórias *Chick Lit*, como *O diário de Carrie* e *A rainha da fofoca em Nova York*. "Peguei o primeiro por curiosidade e não consegui mais largar". O estudante de Jornalismo diz que as mulheres apóiam e gostam que os homens leiam esses livros. "É um gênero para quem deseja aprender um pouco mais sobre o universo feminino. Nunca me dei mal quando tentei introduzir algumas dicas em relacionamentos".

"Quero escrever um livro como o da Becky. Imagina, é quase uma promessa de *Best Seller*", brinca Luiza Fregapani, de 21 anos. A estudante de Jornalismo diz que muitas mulheres podem se identificar com *Os delírios de consumo de Becky Bloom*, de Sophie Kinsella. "Finalmente, quem nunca saiu por aí comprando um monte de coisas e depois é que foi pensar no que tinha feito?". Ela conta que as personagens desse gênero são muito

"São para mulheres bem resolvidas, inteligentes e bem sucedidas. Não são romances bobalhões"

atraentes porque, geralmente, são parecidas com pessoas que você conhece; e a história, por ser tão corriqueira, torna-se engraçada.

Luiza já leu os 10 livros da série iniciada com *O di-*

*ário da princesa*, de Meg Cabot, alguns *Chick Lit's* de Marian Keyes e Sophie Kinsella; mas não gosta apenas disso. A leitora voraz já passou por *Harry Potter* na adolescência, obras de Saramago e agora lê *Tia Júlia e o escrevinhador*, de Mario Vargas Llosa. "Não entendo porque as pessoas criticam tanto quem gosta de *Chick Lit*. Por mais que seja uma leitura facilitada, quem compra esse tipo de livro é porque gosta mesmo de ler, do contrário, não iria encarar as 500 páginas, que é o tamanho que eles têm geralmente. Quem critica esse gênero lê, no máximo, Paulo Coelho e já se acha intelectual".

# Espaços literários ganham força na Ilha

Barcos, ônibus e bibliotecas comunitárias fazem parte de estratégia para aproximar população do mundo das letras

O projeto Floripa Letrada foi criado pela Secretaria Municipal de Educação para conseguir novos leitores e incentivar a leitura com a oferta gratuita de livros e revistas nos terminais de ônibus, para que os passageiros leiam durante a viagem. Segundo a secretária adjunta de Educação do Município, Sidneya Gaspar de Oliveira, o projeto superou todas as expectativas e teve uma enorme aceitação pelo público. Os expositores que guardam os livros estão quase sempre vazios, contrariando o senso comum de que os brasileiros não gostam de ler.

O Floripa Letrada começou com um acervo de 2.500 obras, que pulou para dez mil em menos de três meses de funcionamento, graças às doações. Sidneya diz que o ideal seriam 50.000 livros em circulação para atender a demanda dos passageiros-leitores. Hoje, o projeto está disponível para os usuários dos terminais do Centro, Rio Tavares e Canasvieiras, onde passam 185 mil pessoas por dia.

A fome de leitura dos passageiros de ônibus de Florianópolis mostra a tendência do aumento dos índices de leitores no país. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2007, os brasileiros lêem 3,7 livros por ano, um aumento expressivo em comparação com o índice de 2000: 1,8 livro por ano.

A pesquisa, intitulada *Retratos da Leitura no Brasil*, considera um leitor a pessoa que declare ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses. Por esse parâmetro, temos 95 milhões de leitores, 55% da população brasileira, excluindo crianças com menos de cinco anos. Da população leitora, 50% são estudantes que lêem livros indicados pelas escolas.

Os jovens, aliás, são a maioria dos leitores do país. A faixa etária onde o índice é maior vai de cinco a 24 anos. Morgana Pereira da Rocha, 14 anos, é um desses jovens para quem as letras são um divertimento. "Dependendo da quantidade de páginas, leio cinco livros por mês", diz a adolescente, que no momento se entretém com *Desaparecidos para sempre*, do autor de *thrillers* de suspense Harlan Coben, e com um volume da série para adolescentes *Garotas da rua Beacon*.

Moradora do bairro Campeche, a sua principal fonte de livros é a Biblioteca Livre do Campeche (BILICA), espaço comunitário que empresta obras para a população local. Josalva Ramalho Vieira, uma das fundadoras do projeto e professora do colégio de Aplicação, explica que a ideia da biblioteca surgiu de um grupo de moradores que perceberam a falta de opções culturais no bairro. Eles decidiram que iriam fazer a diferença na comunidade.



Disponibilizando livros e revistas gratuitamente, projeto Floripa Letrada pretende atrair as 185 mil pessoas que circulam diariamente no TICEN



Biblioteca no Campeche é mantida por voluntários e atende 2 mil moradores do bairro

Em agosto de 2007 a BILICA foi inaugurada. Livros, armários, computadores e mobília foram todos doados pelos moradores. Os fundadores e outras pessoas do Campeche dividem o valor do aluguel e demais contas. Uma empresa de telefonia doou uma linha.

Os moradores aprovaram a ideia, pois não havia uma biblioteca no bairro e é trabalhoso se deslocar até o Centro. A estudante Morgana acha a iniciativa interessante: "incentiva a leitura daqueles que ainda não a conhecem e também ajuda no vocabulário e traz bastante conhecimento". Cerca de 2 mil pessoas estão cadastradas na BILICA, e podem emprestar três livros durante 15 dias, com direito à renovação.

Além de biblioteca, a BILICA também se transformou num espaço cultural importante. No local acontecem aulas de inglês, yoga e tapeçaria. A professora Josalva afirma que essas atividades ajudam de forma indireta a aproximação com os livros. Também há contação de histórias e eventos voltados às crianças e ao incentivo à leitura.

## Qualidade faz a diferença

No recente encontro das bibliotecas comunitárias durante a Bienal do Livro de São Paulo, foi discutido por que essas iniciativas contribuem tanto para a formação de novos leitores. De acordo com pesquisa feita pelo governo federal e divulgada no

encontro, nas bibliotecas escolares do Brasil há muitos livros de qualidade, tanto didáticos quanto de literatura. Entretanto, falta pessoal qualificado para fazer a conexão com os jovens leitores. Já nas bibliotecas públicas municipais e estaduais, há funcionários especializados, mas não há obras de qualidade.

O grande diferencial desses espaços comunitários é a união de bons livros e pessoas que façam uma ponte para atrair leitores. No Campeche, os voluntários da BILICA são da própria comunidade, o que ajuda a divulgar o projeto. O acervo selecionado também ajuda, com títulos nas mais diversas áreas. É possível encontrar as obras completas de Machado de Assis, José de Alencar e Monteiro Lobato, e também uma prateleira dedicada à romancista americana Nora Roberts. A popular saga *Crepúsculo* está em um lugar bem visível e de destaque. Outro destaque é a coleção do *Bhagavad-Gita*, textos sagrados que deram origem a religiões orientais.

A qualidade das publicações atrai também aqueles que já tem o hábito da leitura consolidado. Getúlio Nogueira, especialista em manutenção de máquinas, há dois meses frequenta a biblioteca. Nogueira lê em torno de 10 a 15 livros por mês. A escolha desta vez é o segundo volume de *A soma de*

*todos os medos*, do escritor americano Tom Clancy, numa versão antiga de capa dura e espessa, com quase 400 páginas. Ao devolver o primeiro volume, a voluntária que trabalha no local exclama: "Mas como você lê rápido". O leitor voraz retruca: "Esse livro não precisa pensar, é só ler". Ele acha o projeto interessante e diz não ter um autor favorito: "Cada tempo tem seu gosto, cada gosto tem sua época".

Para a biblioteca ficar aberta ao público de segunda a sábado, o trabalho de voluntários é essencial. São eles que cuidam dos empréstimos e da organização dos livros. Eles tiveram a orientação de uma estudante de biblioteconomia para catalogar todas as seis mil publicações doadas. Estela Mary de Almeida é aposentada e trabalha desde a inauguração: "A biblioteca é um presente que o Campeche ganhou".

Além da BILICA e do Floripa Letrada, outro projeto pioneiro na cidade é a Barca dos Livros, biblioteca comunitária da Lagoa da Conceição. Com um acervo de 8 mil obras, a Barca também promove eventos para estimular o gosto pelos livros. São saraus, grupos de leitura, recitais e um inovador passeio de barco pela Lagoa com leituras, histórias e músicas para crianças.

O sucesso desses projetos tem fundamento nas pesquisas. Os dados do estudo *Retratos da leitura no Brasil* mostra que na faixa etária de cinco a 24 anos o principal meio de acesso a livros é através de bibliotecas. Nas demais faixas etárias, os livros são adquiridos principalmente por compra ou empréstimos de amigos e conhecidos. Isso se reflete na estatística de que três a cada quatro brasileiros não vão a bibliotecas.

## Fome de leitura em Florianópolis é exemplo do crescimento nacional no interesse por livros

O modelo comunitário mostra que o uso da biblioteca para outros tipos de atividades culturais ajuda a chamar um público que não

é o usual. A disponibilidade de livros em lugares com grande movimento de pessoas, como terminais de ônibus, também ajuda a aproximação com o mundo das letras. O Floripa Letrada é um exemplo. Tendo como símbolo o personagem Dom Quixote em seu cavalo, significando a palavra em movimento, o projeto ensina que o sonho da leitura para todos não tem nada de quixotesco.

Berenice dos Santos  
berenedossantos@yahoo.com.br

# Os melhores não são bons o suficiente

Durante um ano, Núcleo Preparatório de Oficiais da Reserva treina jovens para serem comandantes competentes

As paredes pintadas à mão e em letras cursivas logo na entrada trazem frases marcantes. As estátuas, apesar de terem sido esculpidas há décadas, ainda estão de pé. O uniforme camuflado de seus homens esconde quase todo o corpo, mas deixa de fora os braços fortes, sem falar no fuzil que parece até parte da vestimenta. O ambiente em questão não é difícil de se destacar: trata-se do 63º Batalhão de Infantaria do Exército Militar em Florianópolis. Já o personagem, para se realçar, não é tão fácil assim. Os que conseguem vão parar em uma casinha dos fundos, situada a cerca de um quilômetro da gigantesca entrada principal. Lá, quase que escondidos e isolados, estão os 20 alunos do Núcleo Preparatório de Oficiais de Reserva.

No Brasil, todo jovem do sexo masculino, ao completar 18 anos, tem de fazer o alistamento militar obrigatório. A grande maioria dos selecionados pela Junta passa um ano servindo ao Exército, fazendo tarefas de soldado e, depois desse tempo, retorna à vida de civil. Mas há também aqueles que, por já estarem matriculados em uma instituição de Ensino Superior na época do alistamento, são recrutados para exercer uma atividade diferenciada e, ao se formar, recebem a estrela branca de Aspirante à Oficial. Eles não são simplesmente soldados, são alunos do NPOR, um núcleo especializado em formar homens capacitados para comandar uma tropa em situações de defesa da nação, como guerras, conflitos internos e missões.

Os núcleos de preparação são subordinados aos Centros Preparatórios de Oficiais de Reservas. Em todo o território nacional são cinco CPORs que regem a



É no acampamento que se chega o mais próximo possível de uma experiência de guerra e onde se aprende a sobreviver a situações de risco

distribuição dos cursos de especialização, e seguem três linhas de ensino (bélica, técnica e de saúde). Em Florianópolis, o curso do NPOR é especializado na Infantaria, ou seja, os alunos aprendem táticas do combate propriamente dito. No escalão de grandeza do Exército, os aspirantes estão um nível abaixo dos tenentes. "São treinados para atuar em situações extremas e exercer funções que requerem muita habilidade e pulso firme", diz o sargento Rogério de Freitas, um dos oito integrantes da comissão de corpo docente do NPOR na capital catarinense. A idéia é criar uma espécie de peneira, onde apenas os melhores são

incorporados para servir durante um período de até oito anos. Geralmente, eles não passam de três.

Assim como nos cinemas, a vida de um 'aspira' da Infantaria não é fácil. São seis horas diárias de aulas teóricas em classe, além de atividades físicas no pátio. Tudo isso aliado à formação acadêmica que o aluno deve estar desenvolvendo paralelamente. "Até aí tudo bem", diz Flávio Jacques, que se formou no NPOR na turma de 2008. "A questão das muitas tarefas a gente acaba tirando de letra. Com disciplina, é possível de se levar. O bicho pega é no período dos acampamentos. Lá é que você vê quem é

forte de verdade".

Em um ano são realizados quatro acampamentos, em que por uma semana os aspirantes são obrigados a passar por situações semelhantes às que precisariam para sobreviver em ocasiões de combate. Aulas de tiro, manuseio de armas, sobrevivência em situações extremas e de risco, tudo é vivenciado da maneira o mais real possível. A experiência chega a ser traumática para alguns. "Já vi gente pedindo para sair, bem do jeito que acontece no filme Tropa de Elite. Eu já passei muito frio, já virei noite sem dormir, já precisei fazer um abrigo com folhas e galhos. O treinamento é pesado,

é realístico e só os que realmente merecem conseguem seguir adiante na Infanteria", revela o ex-aluno de 21 anos.

## Hierarquia e disciplina

Atuando desde 1942, o Núcleo Preparatório de Oficiais de Reserva de Florianópolis já recebeu mais de 875 alunos. Muitos deles receberam os ensinamentos do tenente Tarcísio João Santos, que há mais de 18 anos faz parte do grupo de instrutores. O militar acredita que a passagem pode trazer benefícios para o jovem, principalmente na formação do caráter e personalidade, e enche a boca para falar sobre os dois pilares de sustentação do Exército Brasileiro: Hierarquia e Disciplina. "Aqui ensinamos que o respeito pelos superiores é fundamental em qualquer situação e em qualquer momento da vida. Mais do que apenas combater, um aluno aprende a superar os desafios com determinação", exalta.

Ao final de cada ano, o trabalho dos professores oficiais é comprovado na formatura dos alunos. São vinte jovens que chegam ao fim, mas poucos permanecem na instituição. Flávio pretendia seguir carreira militar, mas por muito pouco acabou sendo preterido. "A vida teria sido completamente diferente. Falta disciplina em algumas coisas e por três décimos o sonho ficou para trás", lamenta ao lembrar a nota que o deixou de fora da seleção dos melhores. "Os melhores são apenas bons para a Infantaria" era o que dizia umas das frases pintadas nas paredes. No NPOR, lá na casinha dos fundos, este lema é seguido à risca.

Tiago Pereira  
tiagopereira.jor@gmail.com

## Praças e oficiais foras-da-lei têm julgamentos diferenciados

Brincar de polícia e ladrão. Foi assim que João começou, se divertindo ao "combater o crime", e com essa idéia permaneceu até completar 18 anos. Depois de muito estudar e de passar no concurso, ingressou na Polícia Militar de Santa Catarina, onde fez carreira como oficial. O problema é que se envolveu com as pessoas erradas, e por elas foi excluído da corporação.

O personagem é fictício, mas histórias assim não são raras. Os casos reais não podem ser divulgados por conta do sigilo militar. E cada episódio é julgado como se fosse único, específico, já que difere os motivos de um e de outro. "Tem todo um trabalho por trás de cada processo. Temos que investigar, interrogar, e tratar como único, sem comparar com acontecimentos anteriores", avalia o Tenente-Coronel Renato Thiesen, que responde atualmente pela Corregedoria Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Para início de conversa, existe uma grande diferença entre as formas como são avaliados os casos de praças (sol-

dados, cabos, sargentos e subtenentes) e oficiais (tenentes, capitães, majores, tenente-coronéis e coronéis). Há um período, o estágio probatório, em que uma comissão de militares, superiores ao indivíduo, testa as competências do concursado. Nesse período o avaliado pode ser demitido com certa facilidade, através de um processo administrativo gerido pela Corregedoria, e julgado pela Justiça Militar. O estágio de um oficial é de apenas seis meses, enquanto que de um praça é de dez anos.

Após o estágio probatório, as diferenças continuam. O praça deve passar por um conselho de disciplina, e será exclu-

ído pelo comandante geral da PM caso sua falta gravíssima seja confirmada. O oficial, por sua vez, é levado a um conselho de justificação e, se for realmente culpado, será demitido pelo governador do estado. Em caso de falta mais branda, o policial é afastado por um tempo determinado, ou transferido para outro local e função.

### Praças

Quem não acha justa essa diferenciação entre cargos é o Sargento J. Costa, presidente em exercício da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc). "Tem muitos dogmas na cor-

poração, e isso é desde 1835. A estrutura não é organizacional. Quando ousamos dizer não para eles, veio a resposta como punição política", desabafa o militar, excluído desde a greve de 2008.

A manifestação foi realizada no natal de 2008 pelas esposas dos praças e a Aprasc, que ficaram em frente aos quartéis, reivindicando o reajuste salarial prometido por lei<sup>1</sup> e que ainda não havia sido colocada em prática cinco anos depois. Dos 40 conselhos de disciplina individuais instaurados, 22 culminaram com a exclusão de policiais.

Em 2010 foi sancionada a lei<sup>2</sup> que concede anistia a policiais e bombeiros militares de oito estados, entre eles Santa Catarina, envolvidos em movimentos reivindicatórios. Desde a sanção somente dois militares voltaram à corporação. "Quem paga o salário dos excluídos é a própria Aprasc. Os praças, agora, trabalham para a associação em suas cidades", afirma J. Costa.

Polícia Civil  
Com os policiais civis funciona da

Wesley Klimpel  
wesleyklimpel@gmail.com

### Leis

<sup>1</sup> Lei complementar 254, de 15/12/2003  
Reorganiza a estrutura e a remuneração do Sistema de Segurança Pública de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Lei 12.191, de 13/01/2010

Concede anistia a policiais e bombeiros militares do Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato

Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios.

<sup>3</sup> Lei 6.843, de 28/07/1986

Estatuto da Polícia Civil que institui normas sobre a conduta de seus funcionários, como direitos, deveres, promoção e processo disciplinar.

# Como são feitas as pesquisas eleitorais

Diferenças nas previsões provocam candidatos e colocam em debate as metodologias empregadas por cada instituto

Neste primeiro turno eleitoral, os institutos de pesquisa travaram uma batalha à parte nas previsões da disputa entre candidatos ao poder público. A divergência entre alguns levantamentos colocaram em debate a credibilidade das metodologias empregadas por cada organização. Resultados que não agradavam determinaram candidato eram questionados por amigos políticos, partidários e simpatizantes para expor suspeitas sobre como são realizadas as pesquisas. Ou protestados pelo próprio.

Foi o que ocorreu no dia 19 deste mês com o candidato à presidência José Serra (PSDB), que atacou, após saber que a estatística divulgada pelo Vox Populi apresentava vantagem de doze pontos percentuais para a liderança de Dilma Rousseff (PT), dizendo que "não leva em consideração as análises do Vox Populi porque trata-se de uma entidade de comprovada falta de credibilidade". Meses atrás, a crítica foi protagonizada por Hélio Costa (PMDB) na disputa ao palanque a governador de Minas, quando o Ibope divulgou que havia empatado com seu adversário. Ambos casos apontam um cenário de desconfiança contra os institutos, intensificado após a votação nas urnas.

O exemplo mais relevante foi o resultado da apuração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para Dilma Rousseff (PT), que contrariou até as pesquisas "boca de urna", que deveriam ter um nível alto de confiança. Com 47% dos votos válidos, ela foi para o segundo turno e prorrogou a disputa por mais um mês. Porém, o Ibope apontou outro panorama em pesquisa realizada no mesmo dia da eleição, mostrando que com 51% Dilma seria eleita presidente já neste primeiro

turno. Na véspera, o Datafolha revelava 50% para a petista. Ambas tiveram margem de erro de dois pontos percentuais. Tais previsões não deveriam ser tão divergentes do resultado, já que há mais certeza na resposta do entrevistado na "boca de urna" do que nas realizadas durante a campanha.

Márcia Cavallari, diretora do Ibope, disse em entrevista à revista *Época* neste mês que a própria margem de erro "é uma ficção, porque a metodologia que se utiliza no Brasil não a sustenta, por ser somente uma estimativa". Os principais institutos brasileiros adaptam um método de pesquisa que é utilizado nos Estados Unidos e Inglaterra. No caso dos americanos, por exemplo, as cidades, bairros e residências onde estão os eleitores são sorteados aleatoriamente. E o contato é feito, em grande parte, por telefone. O que, aqui no Brasil, tal procedimento

poderia trazer falhas na coleta de dados, pois a amostra por telefone não representa o eleitorado.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) feita pelo IBGE ano passado, cerca de 85% dos brasileiros tem acesso a algum tipo de telefone fixo ou celular. Mesmo com um número alto, seria impossível de aferir uma margem de erro segura para esta amostra. Além disso, o modelo brasileiro tem base na análise estratificada da população, o que leva em conta

a condição sócio-econômica dos entrevistados na hora do sorteio para a estatística, diferente da simples aleatoriedade dos modelos norte-americano e inglês.

## Não tire todo o sangue

Segundo o professor do departamento de informática e estatística (INE) da UFSC, Pedro Barbeta, um levantamento de dados só é eficaz se a parcela de entrevistados for representativa. "É preciso estudar a população do lugar pelo qual se pretende coletar os dados. Do que adianta sortear entrevistados se grande parte concentrar-se em uma só região que vota em determinado candidato? Não é preciso aumentar a amostra, que na média varia entre 1200 a 1800 pessoas, desde que esta represente a diversidade social da localidade".

A lógica é semelhante àquela aplicada na área da saúde, em que não é preciso tirar todo o sangue de um paciente para saber se ele está doente. Uma pequena parte pode representar o todo. Em São Paulo, por exemplo, a chance de alguém ser entrevistado por um levantamento de opinião é de uma a cada 66 mil pessoas. Os institutos de pesquisa brasileiros

recorrem a dados do último censo realizado pelo IBGE ou do cadastro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para conhecer o eleitorado por estratificação (sexo, renda per capita, região, idade, escolaridade, profissão/ocupação). Se o censo registra que em uma cidade há mais mulheres que homens, a pesquisa precisa seguir essa proporção. Assim, as previsões baseiam-se em uma parte do universo escolhido, seja ele bairro, município, estado ou país.

Para chegar ao número de entrevistados que simule o voto de uma população, é preciso pré-definir o intervalo de confiança e a margem de erro. O primeiro refere-se ao nível de precisão da amostra e o outro à parcela da estatística que perde representatividade. Estes dependem diretamente do preço da pesquisa e o quanto que o contratante está disposto a pagar por ela.

Infográfico: Thiago Verney

### O passo-a-passo das pesquisas de intenções de voto:

- 1º Projeta a finalidade a partir dos objetivos** ✓  
Contratante e instituto negociam objetivos, tanto quanto a viabilidade destes. Assim, estabelecem metas. Por exemplo: um político pode comprar uma pesquisa para obter dados estratégicos para sua campanha.
- 2º Define o universo** ✓  
A abrangência varia de nacional, regional, estadual, municipal e por estratificação (sexo, renda *per capita*, idade, escolaridade, profissão). Depois levantam-se dados sobre a população alvo.
- 3º Seleciona o plano amostral** ✓  
Aponta o número de entrevistados com base nas informações sobre a região a ser pesquisada. Varia de acordo com a margem de erro e o nível de confiança, que dependem do preço estipulado para a estatística.
- 4º Estabelece cronograma e orçamento** ✓  
Prioriza-se um período curto de realização da pesquisa, geralmente de dois a três dias, para não correr o risco de envelhecer os dados. E o orçamento só é fechado nesta etapa, por depender dos objetivos do contratante.
- 5º Entrevistas e relatórios de campo** ✓  
Boa parte das entrevistas são feitas em domicílio, pois o método tem precisão em certos dados, como o da renda do eleitor. Quando não é possível interrogá-lo, relata-se o ocorrido e busca-se outra pessoa com o mesmo perfil.
- 6º Checagem telefônica e processamento** ✓  
O ideal é checar 20% das entrevistas, ligando para o domicílio ou visitando-o novamente (neste último, só quando não houver telefone). Por fim, elabora-se um banco de dados e apura-se as informações obtidas.

Geralmente os valores ficam em torno de 95%, para o nível de confiança e 2% para o erro amostral. E isto supõe que se forem realizadas 100 pesquisas com esta margem, 95 estarão dentro dela e o resto não terá credibilidade. Aumentar o nível de confiança ou diminuir a margem de erro significa aumentar a amostra, o que agrega um custo maior devido a fatores como tempo e equipe de pesquisadores estarem envolvidos na coleta de dados.

## Os tipos de pesquisas

Apesar das quantitativas serem mais frequentes, existem outros tipos de pesquisas eleitorais. A qualitativa, por exemplo, que não foca em percentuais, mas na análise de expressões e ideias de um grupo homogêneo de no máximo doze pessoas, tem uma utilidade estratégica para os candidatos.

Através dela é possível descobrir como um segmento específico reage à campanha. O grupo qualitativo é constantemente estimulado a opinar sobre vários aspectos do marketing eleitoral do político e as conclusões sobre a análise podem mudar o rumo de atuação do candidato.

Além disso, a *tracking*, que é um estudo contínuo de intenção de votos, e a *panel*, que acompanha as opiniões de uma seleção permanente de eleitores, figuram entre as outras propostas de estimativa. Já a *enquete*, muito propagada na internet por blogs e portais, não é considerada como uma forma de estudo, pois não tem probabilidade conhecida e um método científico aplicado.

## Diferenças

Atualmente cinco institutos destacam-

se em nível nacional no levantamento de dados sobre eleições: Ibope, Datafolha, Sensus, Vox Populi e Ipspe. Entretanto, estão registrados no TSE por volta de 110 organizações em todo o país. Somente o IBOPE, Vox Populi e Datafolha, juntos, elaboraram 38% de todas as estatísticas eleitorais para presidente desde janeiro, mês em que se oficializou o registro no TSE. Para tornarem-se oficiais, todas as pesquisas precisam ser registradas no tribunal até cinco dias antes de sua divulgação e serem aprovadas ou impugnadas de acordo com objeções quanto sua aplicação.

As metodologias variam de acordo com a instituição. O Datafolha, por exemplo, recolhe dados apenas em pontos de alto fluxo de cidadãos em municípios, enquanto o IBOPE adota a tática somente em 25% de suas entrevistas, pois prioriza a pesquisa a domicílio. O método é mais rápido e evita o problema da visita às residências, onde muitas pessoas recusam abrir a porta ao pesquisador com medo de um assalto. Porém, pode ter sua eficiência questionada por não garantir a veracidade das respostas. Nas moradias, por exemplo, há como perceber se a pessoa é de alta ou baixa renda, enquanto nas ruas essa informação pode ser deturpada pelo entrevistado. Fundado por Octavio Frias de Oliveira, o Datafolha é o único que não faz pesquisas eleitorais encomendada por partidos ou políticos.

De acordo com o professor de estatística do INE, Manuel Lino, que já trabalhou com levantamentos eleitorais no âmbito de Santa Catarina, o fato de não haver contratos com candidatos alivia a pressão política sobre o instituto. "O político quando paga uma pesquisa quer que no final dela venha um resultado positivo. Isso é normal, todos nós temos um instinto de querer vencer. O problema está na relação financeira. A pressão que o contratante tem pelo poder do dinheiro pode gerar coerções e, assim, deturpações, como revelar dados confidenciais ao candidato sobre detalhes da pesquisa".

Lino também destaca que os equívocos não-amostrais, como a ordem das perguntas no questionário e o fato de citar nelas o nome do partido ao lado do candidato, estão fora da margem de erro. Segundo José Roberto de Toledo, o Vox Populi, na pesquisa divulgada dia 17 de julho, cometeu um equívoco por instigar a memória do entrevistado. Antes de indagar a intenção de voto estimulada, o pesquisador do instituto perguntava qual era o grau de conhecimento que os eleitores tinham dos três principais candidatos à presidência, citando seus nomes duas vezes. Em seguida, o entrevistador questionava em qual dos presidenciais votaria e mostrava a cartela, onde o partido aparecia ao lado dos nomes. As duas informações, de acordo com Toledo, associadas, levavam o eleitor a optar por um ou outro político.

Thiago Verney  
verneyjor@hotmail.com

# Suplentes e vices, quem são eles?

Eleitos na sombra de outros políticos, podem ocupar grande parte do mandato e chegam a ter destaque nacional

Suplentes e vices ocuparam nos últimos anos da república lugar de destaque na política nacional. Na Presidência, por exemplo, aconteceram as posses de José Sarney como vice de Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral em 1985 (faleceu antes da posse), e Itamar Franco como vice de Fernando Collor, que renunciou em 1992 ameaçado por processo de cassação.

No senado a situação se repete, e 20 suplentes já viraram senadores sem voto na atual legislatura – alguns atingindo até postos de destaque, como o segundo suplente Paulo Duque do PMDB-RJ que entrou no lugar de Sérgio Cabral também do PMDB-RJ e chegou a ocupar a presidência do conselho de ética da mais importante casa legislativa do país; e o suplente João Pedro do PT-AM, que chegou a presidir a CPI da Petrobrás.

Em Santa Catarina não é diferente. O suplente de Senador, Neuto de Conto, do PMDB, herdou quatro anos de mandato deixados pelo então vice-governador Leonel Pavan, do PSDB, que por sua vez assumiu um ano do mandato de governador do titular Luiz Henrique da Silveira, também do PMDB.

Nas eleições de 2010, a dança das cadeiras se repetiu, e o governador eleito Raimundo Colombo do DEM vai deixar quatro anos de mandato para o suplente Casildo Maldaner do PMDB. Durante as eleições, o suplente Neuto de Conto e a senadora Ideli Salvatti se licenciaram, deixando as vagas respectivamente para a segunda suplente Nura Demarchi do PSDB e Belini Meurer do PT.

Para deixar o eleitor ciente da importância dos cargos de suplente e vice e esclarecer quem são os nomes que o candidato escolhido está levando para o poder, nestas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE incluiu na urna eletrônica as fotos desses candidatos. Para testar seus conhecimentos, o Zero apresenta as fotos de nossos representantes e pergunta: – Você sabe quem são?

Diego Vieira  
diego.vsouza@hotmail.com

## Você conhece estes políticos?



1 - Dalirio Beber do PSDB - Primeiro Suplente do senador eleito Luiz Henrique da Silveira do PMDB -- 2- Athos de Almeida Lopes do PMDB - Segundo suplente eleito do senador Paulo Bauer -- 3-Nura Demarchi do PSDB - Segunda suplente do senador Raimundo Colombo do DEM, assumiu a cadeira durante as eleições 2010 -- 4- Antônio Gavazzoni do DEM - Segundo suplente do senador eleito Luiz Henrique da Silveira -- 5- Eduardo Pinho Moreira - Ex-governador e vice-governador eleito com Raimundo Colombo do DEM -- 6- Belini Meurer do PT - Primeiro Suplente de Ideli Salvatti, assumiu a cadeira durante as eleições 2010 -- 7 César Souza do DEM - Ex-deputado estadual e federal e primeiro suplente do senador eleito Paulo Bauer do PSDB -- 8- Casildo Maldaner do PMDB - Primeiro suplente do senador Raimundo Colombo do DEM. Deve herdar quatro anos de mandato do titular que se elegeu governador -- 9 - Neuto de Conto do PMDB - Primeiro suplente do ex-senador Leonel Pavan do PSDB.Assumiu quatro anos de mandato pois o titular foi eleito vice-governador

## Vices que marcaram a história



João Goulart "Jango" - São Borja - RS - Assumiu a presidência em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros. Foi deposto em 1964 pelo regime militar e sucedido por Castelo Branco



José Ribamar Sarney - Pinheiro - MA- Tomou posse com a morte de Tancredo Neves em 1985 e governou até 1990 quando foram realizadas as eleições diretas para presidente



Itamar Franco - Salvador - BA - Assumiu com a renúncia de Fernando Collor que sofria processo de impeachment. Governou o país de 1992 à 1995